

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Pedro de Oliveira Rodrigues

**O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS 20 ANOS:
Avanços e limites da industrialização recente no país**

Mariana

2016

Pedro de Oliveira Rodrigues

**O DESEMPRENHO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS 20 ANOS:
Avanços e limites da industrialização recente no país**

Trabalho de monografia apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira.

Mariana

2016

Catálogo na fonte: Bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. - 1407 - essevalter@sisbin.ufop.br

R696d Rodrigues, Pedro de Oliveira

O desempenho da indústria brasileira nos últimos 20 anos: avanços e limites da industrialização recente no país [CD-ROM] Pedro de Oliveira Rodrigues.-Mariana, MG, 2016.

1 CD-ROM; 4 3/4 pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais DECEG/ICSA/UFOB

1. Indústrias - Brasil - Teses. 2. MEM. 3. Produção - Teses. 4. Monografia. 5. Crescimento econômico - Teses. 6. Competitividade industrial - Teses. I.Oliveira, André Mourthé de. II.Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 338.45

: 15

: 1416181

Pedro de Oliveira Rodrigues

Curso de Ciências Econômicas – ICESA/UFOP

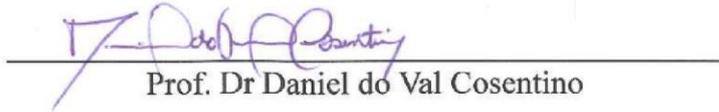
**O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS
20 ANOS: Avanços e limites da industrialização recente no país**

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

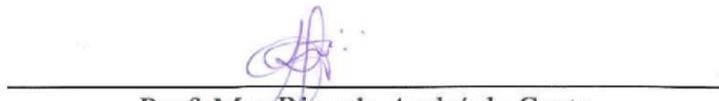
Banca Examinadora:



Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira (orientador)



Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino



Prof. Msc Ricardo André da Costa

Mariana, 19 de agosto de 201

À minha mãe Ednéia.

“O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer”

Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, que com seus impostos diretos e indiretos me permitiram estudar em uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Aos servidores da UFOP, professores, técnicos administrativos e os terceirizados, por manterem o bom funcionamento da instituição.

À minha mãe, Ednéia, que sempre esteve ao meu lado, nos bons e maus momentos, pelos conselhos, cobranças e apoio.

À Thalita pelo amor, pelo carinho, pelo apoio incondicional, por estar sempre ao meu lado e pela árdua tarefa de me aturar.

Ao meu professor André Mourthé, pela disponibilidade de me orientar neste trabalho. Suas contribuições que se iniciaram com o Centro de Conjuntura Econômica do ICSA, me possibilitaram o desenvolvimento dessa monografia. Destaco, ainda, a convivência prazerosa neste projeto, permitindo-me amadurecer tanto profissionalmente, quanto pessoalmente.

Aos professores Ricardo e Daniel por aceitarem o convite em participar da minha banca de monografia, com certeza suas considerações serão profícuas para uma possível continuidade na vida acadêmica.

A todos os meus familiares pelo apoio ao longo da minha trajetória acadêmica, por compreender minhas ausências, meus esquecimentos e o carinho de sempre. Em especial às minhas queridas avós Ana e Iracy.

A todos os meus amigos e amigas da faculdade, pela torcida, pelos estudos, conversas, diversões e bagunça. Em especial aos integrantes do grupo de estudos, (organizados em ordem alfabética, sem preferências): Carol Lélis, Fê Koury, Ju de Deus e Julya Alvernaz.

Aos colegas do Centro de Conjuntura, que tiveram uma contribuição enorme para o desenvolvimento desse trabalho.

Aos amigos que moraram comigo, permitindo que eu aprendesse a conviver com as diferenças, ao companheirismo do dia a dia, as bagunças e os rocks. Em especial ao Filipe, que tive o “prazer de aturar” durante toda a graduação e se tornou um grande companheiro para todas as horas.

E também, antes que eu me esqueça, ao Luca.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCD – Bens de Consumo Duráveis

BCND - Bens de Consumo não Duráveis

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH – Banco Nacional de Habilitação

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

DECEG - Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais

EUA – Estados Unidos da América

FIESP - Federação da Indústria do Estado de São Paulo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICSA - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

OMC – Organização Mundial do Comércio

ORTNs - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

RESUMO

Com o objetivo de compreender o motivo pelo qual a indústria brasileira não obteve resultados expressivos ao longo dos últimos 20 anos, foi realizada uma pesquisa que visava estudar os possíveis elementos que afetam a produção industrial e, através de gráficos coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisar o comportamento do setor industrial e seus subsetores. A taxa de câmbio e a taxa de juros (Selic) foram as principais variáveis macroeconômicas utilizadas para comparar com a produção industrial, além de fatores políticos e econômicos que ocorreram ao longo dos 20 anos trabalhados nessa obra. Foi feito também um estudo sobre o contexto histórico desde o início do processo de industrialização brasileiro, a fim de compreender o porquê da dificuldade de se instaurar uma indústria forte dentro do nosso país.

Através dos resultados obtidos nesse trabalho, foi possível entender que as políticas adotadas pelos governos da época não trouxeram o retorno esperado. A indústria brasileira se mostrou altamente sensível às crises econômicas, apresentando quedas bruscas nos períodos dessas crises e forte dificuldades para retomar sua produção após o mesmo evento. Além dessa sensibilidade, a indústria brasileira não consegue se inserir no mercado externo de maneira competitiva. As manufaturas brasileiras apresentam alto valor comercial e baixa qualidade quando comparadas com os produtos estrangeiros. Vale ressaltar, no entanto, que os subsetores voltados para a mercantilização de produtos primários obtiveram resultado positivo, mostrando como nosso país continua sendo fornecedor de matéria prima.

Palavras-chave: indústria, produção, crescimento, sensibilidade, competitividade, políticas.

ABSTRACT

In order to understand why the Brazilian industry did not achieve significant results over the past 20 years, a survey aimed at studying the possible elements that affect industrial production and through collected charts in the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analyze the behavior of the industrial sector and its subsectors. The exchange rate and the interest rate (Selic) were the main macroeconomic variables used to compare with industrial production, as well as political and economic factors that have occurred over the 20 years studied in this work. It was also made a study of the historical context from the beginning of the Brazilian industrialization process in order to understand why the difficulty to establish a strong industry in our country.

The results obtained in this work, it was possible to understand that policies used by the governments of the time did not bring the expected return. The Brazilian industry was highly sensitive to the economic crisis, with sharp declines in periods of these crises and strong difficulties to resume production after the same event. Beyond this sensitivity, the Brazilian industry can not join in the foreign market competitively. Brazilian manufacturers have high commercial value and low quality compared to foreign products. It is noteworthy, however, that the subsectors facing the commercialization of primary products have obtained positive results, showing how our country is still supplier of raw materials.

Keywords: industry, production, growth, sensitivity, competitiveness policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - UM BREVE HISTÓRICO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	13
CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DO DESEMPENHO INDUSTRIAL BRASILEIRO E DE SEUS SUBSETORES	20
2.1 A Indústria de Transformação	21
2.1.1 Produção da indústria de transformação e a Taxa de câmbio	27
2.1.2 A Indústria de Transformação e o mercado externo	28
2.1.3 Produção da Indústria de Transformação e a Taxa Selic	34
2.2 Indústria extrativa	35
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INDÚSTRIA SEGUNDO CATEGORIA DE USO	39
3.1 Bens de Capital	39
3.1.1 Produção de Bens de Capital e a Taxa Selic	41
3.1.2 Produção de Bens de Capital e a Taxa de Câmbio	43
3.2 Bens de Consumo	43
3.2.1 Produção de Bens de Consumo x Taxa SELIC	45
3.2.2 Produção de Bens de consumo x Taxa de Câmbio	45
3.2.3 Bens de consumo duráveis	46
3.2.4 Produção de Bens de Consumo Duráveis e a Taxa de Câmbio	49
3.2.5 Produção de Bens de Consumo Duráveis e a Taxa Selic	50
3.2.6 Bens de Consumo não Duráveis	51
3.2.7 Produção de Bens de Consumo não Duráveis e a Taxa Selic	53
3.2.8 Produção de Bens de Consumo não Duráveis e a Taxa de Câmbio	54
CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo analisar o desempenho da indústria brasileira nos últimos vinte anos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica baseada em alguns autores que discutem o desenvolvimento econômico brasileiro, tais como Celso Furtado, Filgueiras, Gonçalves, dentre outros. É também uma pesquisa documental, baseada em documentação indireta, utilizando como fonte os sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP), Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA). Através dessas fontes secundárias, desenvolvemos gráficos que demonstram o desempenho industrial brasileiro nas últimas duas décadas.

É importante conhecer melhor os determinantes que influenciam o crescimento industrial, levando em consideração ser este um setor importante para a economia nacional, pois, além, de promover o crescimento econômico, permite também a geração de trabalho e, conseqüentemente, impulsiona o consumo.

Nos últimos anos o desempenho da indústria brasileira vem acompanhando o ritmo da economia, ou seja, se mostrou altamente sensível às crises econômicas ao longo do período analisado. Tal fato é reflexo do que a história econômica brasileira apresentou nestas três últimas décadas, ou seja, uma indústria que perdeu dinamismo e que retorna à clássica condição de primário exportador, uma economia altamente dependente do setor externo, mais propriamente das economias centrais, tendo como principal característica produtiva a geração de bens primários. Por bens primários entende-se produtos que ainda não passaram por nenhum processo industrial, mais precisamente são produtos extraídos da própria natureza, como grãos, minérios e coisas do gênero, destinados ao comércio.

Apesar da indústria, em geral, ter se mostrado sensível às crises, percebe-se que alguns subsetores industriais brasileiros não foram negativamente afetados por este cenário. Destaque para o setor extrativo mineral, que apresentou um ritmo de crescimento contínuo e sistemático ao longo de toda a série, diferentemente dos demais subsetores industriais.

Continuamente é foco noticiário as oscilações do setor industrial brasileiro, por ser este um setor altamente importante na geração de empregos e para a economia nacional. Deste modo, veio o interesse de analisar o porquê das políticas governamentais não surtirem o efeito esperado sobre a produção industrial, que vem apresentando tantas oscilações ao longo da série estudada, e quais são as variáveis determinantes para impulsionar o seu crescimento. O objetivo deste trabalho é avaliar o desempenho do setor industrial brasileiro nas últimas duas

décadas, através de dados coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisar o que explica o comportamento industrial brasileiro nos pontos de pico e de declínio produtivo da indústria.

Para explicitar melhor estes aspectos, esta monografia se divide em três capítulos. O primeiro capítulo tratará especificamente de uma abordagem histórica sobre o processo de industrialização no Brasil, partindo dos anos 30 até o atual contexto. Neste capítulo tentaremos demonstrar, brevemente, os fatores que permitiram que a indústria e a economia brasileira se enquadrasse nesse cenário de dependência do setor externo. O segundo e terceiro capítulos tratam-se de uma análise do desempenho produtivo industrial brasileiro, analisando, respectivamente, cada subsetor e cada categoria de uso isoladamente, e interpretando os contextos políticos e econômicos determinantes para explicar tal fenômeno.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para uma melhor compreensão o processo de industrialização brasileira, podendo, influenciar outros trabalhos sobre o mesmo tema. Para a economia, considera-se relevante tal estudo, uma vez que a indústria é considerada por alguns economistas, dentre os mais ilustres podemos destacar Celso Furtado, como um dos principais motores dinâmicos da economia e um caminho para o desenvolvimento nacional.

CAPÍTULO 1 - UM BREVE HISTÓRICO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Historicamente, após a transição do feudalismo para o capitalismo, os países pioneiros no processo de industrialização se tornaram grandes potências econômicas e se mantêm nesse patamar até os dias atuais. O Brasil que, por sua vez, se enquadra na categoria dos países em desenvolvimento, obteve a sua industrialização de maneira mais tardia que esses países desenvolvidos e não vem apresentando expectativas positivas para o setor industrial. Lembramos que o país viveu sua industrialização mais pesada nos anos de 1950 a 1980, quando acelera-se, também, o processo de urbanização no país. Contudo, a inserção do Brasil na economia internacional se deu de forma subordinada e dependente, afetando, posteriormente o desenvolvimento de uma industrialização forte e soberana- (FERNANDES, 1987). Ainda, de acordo com o autor citado anteriormente, o legado histórico da colonização fez com que o país crescesse e se modernizasse, mas voltado para a permanência da cultura de um país eminentemente primário exportador. Ou seja, sempre fornecedor de matéria-prima para os países centrais.

Sua posição na divisão internacional do trabalho faz com que a economia tenha uma vulnerabilidade econômica muito grande, estando sujeita às intempéries das crises nos países do centro. Um exemplo é a influência da primeira guerra mundial que impõe uma nova dinâmica de crescimento ao país, que se volta para a produção de bens mais complexos em substituição a economia mais artesanal, fazendo emergir a grande indústria com produção de móveis, produtos alimentícios, metalúrgico, químico e material têxtil. Este crescimento da indústria nacional foi, grosso modo, impulsionado pela crise do comércio exterior, em face da crise de 1929, que afetou de maneira particular a exportação de café, principal produto da economia exportadora. Esta crise econômica culminou numa crise política, uma vez que o eixo Minas Gerais-São Paulo não representava mais a força política hegemônica, dando margem ao surgimento de novas lideranças políticas, em particular ao crescimento do nome de Getúlio Vargas (OLIVEIRA, 2010).

Vargas, quando assume o governo tenta administrar a crise, buscando criar mecanismo de produzir mais e de maneira diversificada para substituir as importações. Isto foi um problema encontrado pela economia brasileira, desenvolver uma produção, em massa, a baixo custo, produtos variados tanto para o mercado interno quanto para exportação. Compreender os problemas econômicos frente a conjuntura econômica e política mundial, materializa-se em 1934 no Código de Minas em defesa da exploração das fontes de energia e minério para

beneficiar a economia do país. O aumento da inflação também se revelou um elemento importante para minimizar os impactos da crise do mercado externo. Esta propiciava maior rentabilidade aos produtos nacionais, tendo em vista que a desvalorização da moeda, em razão da crise mundial, aumentava os preços dos produtos importados. Este período marcou o que Furtado (1972) denominou de abertura do processo de substituição de importações.

Nos anos seguintes, a lógica nacionalista é substituída pelo incentivo à grande indústria estrangeira. O Estado brasileiro continuou dando subsídios à grande indústria, mas privilegiando sempre as indústrias transnacionais. Podemos perceber tal concepção durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK) e, posteriormente, com a ditadura militar no país. Durante este período, notamos a entrada das empresas estrangeiras e também da falta de incentivo à indústria nacional. A postura de JK, segundo Fausto (1995), se distinguia dos nacionalistas, pois estes defendiam a necessidade do controle do Estado nas áreas de transporte, comunicação, energia e da indústria de base e as outras áreas econômicas nas mãos de empresas privadas nacionais, com restrições aos investimentos estrangeiros. JK buscou uma linha de ação distinta, ampliando a atividade do Estado na área econômica, assumindo uma posição totalmente favorável a entrada de capitais estrangeiros no país, atraindo as empresas estrangeiras com concessões e benefícios que não eram concedidos às empresas nacionais. Este seria, segundo o autor, o mecanismo de industrialização brasileira, o que geraria mais empregos e colocaria o país no elenco das economias avançadas. Para dar viabilidade ao seu projeto, o governo lançou o Plano de Metas que englobava áreas-chaves como energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação e como síntese a construção de Brasília. (FAUSTO apud OLIVEIRA, 2010, p. 91)

Todavia, as medidas definidas por JK também trouxeram novos problemas, pois nos anos subsequentes o país revela altos índices de inflação e desequilíbrio das contas públicas (OLIVEIRA, 2010). Não neste período, pois esta é nos anos 70 e não 50. Neste sentido, o golpe militar viu como uma possibilidade de recuperação econômica e da ordem social. Inicialmente, o governo militar introduziu medidas de controle da inflação e o equilíbrio das contas públicas, objetivando ao mesmo tempo recuperar o crescimento e incrementar o processo de industrialização. Desta forma, recuperava a confiança e credibilidade abalada pelo período anterior. A estratégia adotada, segundo Furtado (1972), foi dinamizar a demanda por bens de consumo duráveis. De fato, durante os anos 1960 o salário mínimo real apresentou um declínio em relação aos anos precedentes. Esta situação agravou as péssimas condições de vida da população mais pobre, restringindo o acesso ao consumo deste grande contingente populacional. Por outro lado, era preciso estimular a demanda por bens de

consumo duráveis para evitar a recessão da economia. Nesta ótica, privilegia o consumo dos estratos da pequena burguesia e das frações médias da classe trabalhadora, mediante formas de financiamento que implicavam em subsídios ao consumo e transferências de crédito, ampliando a renda destes segmentos. Assim, garantia o consumo sem ampliar a renda salarial. Por outro lado, a própria dinâmica da economia brasileira tendia ao dispêndio de pouca força de trabalho, gerando uma capacidade ociosa e reduzida criação de novos empregos.

A redução de salários revelou-se uma diminuição de custos para algumas empresas, possibilitando, no período de baixa produtividade industrial, garantia de mais capital. Porém, para Furtado (1972), este mecanismo se revelou muito mais uma opção política que necessariamente um mecanismo de expressão econômica. Outra medida foi a implementação de uma política habitacional, proporcionando geração de trabalho aos operários com baixa qualificação, como ilustra a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Neste período, conforme ensina o autor Jorge Levi Mattoso, ocorreu uma reforma bancária com a criação do Conselho Monetário Nacional e o Banco Central, bem como as reformas fiscais e administrativas, modernizando a arrecadação e fiscalização, criando as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) e flexibilizando e descentralizando a administração pública federal (MATTOSO apud Oliveira, 2010, p.100).

Contudo, a economia brasileira continuou dependente e vulnerável ao mercado externo. Com o fim da ditadura militar, o país volta a viver uma grave crise econômica e, conseqüentemente, a saída foi apostar em um plano de estabilidade para conter a inflação e alavancar a indústria. Mas tal estratégia continuava sendo permeada pela lógica de favorecimento das indústrias estrangeiras. Embora os vários planos de estabilidade, o país não conseguiu sair da crise, revelando a incapacidade de pagar a dívida externa e de controle da inflação. Tal situação só é controlada com a eleição de Fernando Henrique Cardoso e o plano real. A estabilidade passa a ser um pilar da economia e a adesão do país aos preceitos do Consenso de Washington, de 1989, levou a adoção de algumas medidas que surtiram efeito a médio prazo. Dentre as medidas, consoante à Laura T. Soares, podemos destacar: a) privatização das empresas estatais, b) abertura comercial e financeira; c) desregulamentação dos mercados; e, d) redução do Estado (SOARES apud OLIVEIRA, 2010, p.115). Para Pochmann (2001), o eixo comum das “reformas” esteve voltado para a integração do Brasil à economia internacional. Por isso a maior reforma foi a contenção da inflação. O controle da inflação foi ancorado na moeda norte-americana e permitiu que o mercado interno internacionalizasse custos e preços. Este processo foi acompanhado da maior abertura comercial e financeira com altas taxas de juros e câmbio valorizado.

As políticas adotadas pela equipe econômica de FHC incluíam a continuidade da abertura comercial iniciada no governo anterior, de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Este processo de abertura comercial rápido e sem nenhum tipo de proteção aos produtos nacionais repercutiu numa queda da industrialização no país. A intervenção do Banco Central na manutenção da taxa de câmbio, sobrevalorizando o real, permitiu que as importações crescessem mais que as exportações, resultando num crescente *déficit* da balança comercial. Entre 1991 e 1999, o Brasil acumulou um *déficit* de 132 bilhões de dólares. Para financiar este *déficit* comercial, o governo utilizou de dois mecanismos: o primeiro foi o maior endividamento externo e o segundo foi a atração de capitais estrangeiros com a expansão dos investimentos externos¹. Para Gonçalves (1999), a maior internacionalização da produção permitiu que determinados setores fossem controlados pelo capital estrangeiro, como foi o caso da indústria de alimentos e do setor de automóveis. Esta presença se visualizava também no setor de informática, plástico, borracha, entre outros.

Pochmann avalia que a redução de tarifas para atrair a importação teve sérios rebatimentos para a economia, reduzindo as exportações o que provocou um retorno ao passado pois “exportava bens de baixo valor agregado e pequeno conteúdo tecnológico e importava bens de maior valor agregado e coeficiente tecnológico.” (POCHMANN, 2001, p.47). Por outro lado, a substituição de produtos nacionais resultou numa maior dependência externa e contribuiu para aumentar o quadro de endividamento externo e de baixo crescimento interno. Ao fim de seu governo, o país estava com baixas taxas de crescimento e alto índice de desemprego, fato que leva a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) para presidente.

Para Filgueiras e Gonçalves (2007), os primeiros anos do governo Lula apresentaram um crescimento da economia devido aos índices favoráveis da economia mundial. Este bom desempenho da economia mundial foi impulsionado pelas economias norte-americana e chinesa que apresentam crescimento médio do PIB em torno de 3,2 % e 10,3%, respectivamente. Europa e Japão, também, contribuíram para este bom desempenho da economia apresentando números mais atrativos que aqueles vislumbrados na década de 1990. Este desempenho favorável da economia mundial aumentou o comércio internacional e alavancou o setor de exportações. Outro fator que permitiu este bom desempenho é que a expansão do mercado consumidor, em escala mundial, aumentou proporcionalmente a

¹ Os IEDs nos países periféricos sofreram uma diminuição nos anos 1990. Esta redução foi devido a abertura dos países dos mercados do leste europeu. Este processo de abertura econômica permitiu que surgisse um mercado novo, pouco explorado pelo capitalismo. Além disto, estes países gozam da vantagem que os latino-americanos não possuem, pois estão localizados geograficamente próximos dos países centrais, oferecendo as mesmas vantagens em termos de salários e isenção fiscal que os países da periferia (OLIVEIRA, 2005, p. 22-45).

demanda por matérias-primas e produtos agrícolas beneficiando países como Brasil, grandes produtores de grãos.

Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007), a conjuntura internacional favorece os países periféricos com problemas de vulnerabilidade externa. Estes autores explicam que a economia brasileira possui fortes traços de vulnerabilidade externa nas esferas monetário-financeiras, produtivo-real-tecnológica e comercial². Desta forma, a economia nacional é dependente da conjuntura internacional, sendo submetida a pressões e crises externas, que implica em ajustes econômicos com elevados custos sociais para a sociedade. Esta tem sido a marca do desenvolvimento brasileiro, dependente e subalterno. Nesta perspectiva de análise, os autores traçam um paralelo entre o governo Lula e o governo FHC, apontando alguns elementos que demonstram que não houve grandes alterações na estrutura econômica do país nestes dois governos, pelo contrário, reforçam a tese de continuidade na gestão da política econômica. Para eles, a inserção internacional do Brasil no primeiro governo Lula manteve a tendência histórica de inserção passiva, o que faz com que permaneça a vulnerabilidade externa do país. As exportações se concentram nos produtos com baixa intensidade tecnológica e nos produtos intensivos em recursos naturais, revelando uma “reprimarização das exportações” (2007, p. 94). Esta reprimarização das exportações afeta o setor industrial, provocando um atraso na estrutura produtiva e colocando o país dependente das exportações de *commodities*.

O aumento dos preços das *commodities*, associado ao crescimento das economias norte-americana e chinesas impulsiona o bom desempenho da balança comercial. Por outro lado, os *superávits* primários melhoram as contas externas o que reduz o percentual do risco que os investidores estrangeiros enfrentam ao investir na economia brasileira, chamado risco Brasil, e permite uma redução da inflação. O controle da dívida externa rendeu ao presidente Lula um índice de credibilidade muito grande, embora tenha ocorrido forte aumento da dívida interna. Desta forma, o primeiro governo Lula obteve um bom desempenho da economia promovido pelos fatores supracitados, garantindo as bases para sua reeleição.

Já no segundo mandato, o contexto internacional não se mostra mais favorável. A crise econômica dos Estados Unidos (EUA), resultado da queda da taxa de juros em 2004, estimulou a tomada de empréstimos em larga escala, produzindo um aumento do

² Filgueiras e Gonçalves utilizam como método de análise referencial o conceito de vulnerabilidade externa para entender a evolução da economia brasileira. A maior ou menor vulnerabilidade representa a capacidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos. Para compreender melhor esta questão, os autores dividiram a análise da vulnerabilidade externa em duas abordagens. A primeira refere-se à vulnerabilidade externa conjuntural, em que avalia seus impactos na economia brasileira. Ela é resultado dos ajustes externos e é, essencialmente, um fenômeno de curto prazo. A segunda refere-se à vulnerabilidade externa comparada e estrutural. Dada pelo desempenho externo de um determinado país, comparativamente ao desempenho externo relativo de outros países (2007, p.47-49).

endividamento pessoal dos norte-americanos e incrementando o mercado imobiliário. O aumento dos empréstimos gerou, posteriormente, uma crise do setor financeiro, o que afetou a economia e provocou uma forte recessão. Os rebatimentos da crise nos EUA logo se espalharam para outros continentes, afetando as economias de todos os países, inclusive a economia brasileira, evidenciando a vulnerabilidade externa.

A saída utilizada para responder a crise foi a expansão da liquidez. Ou seja, maior número de recursos disponíveis para os empréstimos do setor financeiro, empresas exportadoras e construtoras (Filgueiras e Gonçalves, 2007). Mesmo com as medidas de ajuste seguida pelo governo Lula, a taxa de desemprego diminuiu, passando de 10,5% no final de 2002 para 5,3% no final de 2010. A renda média dos brasileiros também subiu e notou-se um número maior de trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho (ANDRADE; MARQUES apud OLIVEIRA, 2010, p. 119). O consumo apresentou leve aumento, facilitado pela redução dos impostos ao consumidor e também da taxa Selic que caiu para 10,66% aa em 2010, sendo que em 2002 a Selic ficou em 24,9% aa, o que reduziu o valor dos juros cobrados ao consumidor e também da dívida interna. Todas estas medidas combinadas permitiram que o país apresentasse um crescimento do Produto Interno Bruto nos dois mandatos. Uma das razões para este aumento pode ser apontada pelos investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na ampliação dos gastos públicos, principalmente nas políticas sociais.

Nos ensinamentos de Ednéia Alves de Oliveira (2010):

Embora a crise de 2008 tenha afetado o governo, Lula e sua equipe econômica adotaram medidas que surtiram efeito, segundo Andrade e Marques (2015). Dentre elas podemos citar a expansão do crédito, sobretudo estatal, com destaque para os créditos concedidos pelo BNDES, revelando a importância de um setor bancário estatal para os momentos de crise. Outra medida importante foi a diminuição dos impostos ao consumidor, sobretudo no setor de automóveis e eletrodomésticos, alavancando o mercado interno e fazendo com que a indústria permanecesse estável, compensando a queda nas exportações. Estas medidas serão fundamentais para o desempenho econômico do governo Dilma. Nos quatro anos de governo da Presidenta Dilma, não houve alterações na política econômica, embora os números não tenham sido tão favoráveis, quanto nos dois primeiros mandatos de Lula. Para Andrade e Marques (2015) o desempenho das economias internacionais foi um dos fatores responsáveis por esta mudança de ares. Diante da crise, Dilma optou por privilegiar o consumo, reduzindo e controlando preços e juros, visando controlar a desvalorização do real. Durante seu governo, a taxa Selic sofreu oscilações significativas, voltando a subir em 2013. O maior controle sobre o preço da gasolina e dos alimentos da cesta básica garantiram o consumo e o controle da inflação, assim como a redução dos juros bancários, impulsionando o setor de habitação com créditos reduzidos para o Programa Minha Casa Minha Vida. **Ainda segundo Andrade e Marques (2015), a redução de impostos sobre vários produtos visava tornar os “produtos brasileiros mais competitivos, dado o fim do ciclo de expansão das *commodities* e a dificuldade de colocação no mercado internacional dos demais produtos. Esta medida promoveu uma desoneração**

fiscal sem paralelo, principalmente das contribuições que financiam parte importante das políticas sociais”. Esta opção resultou em um *déficit* do PIB já em 2014. Por outro lado, houve leve queda na produção industrial, embora a taxa de desemprego permanecesse estável, não ultrapassando a casa dos 5 a 7%, de acordo com o IBGE. (OLIVEIRA, 2010, p. 125, **grifo nosso**).

Mesmo com incentivos governamentais, é perceptível a dificuldade que a indústria brasileira encontra para crescer e a sensibilidade que a mesma apresenta nos períodos de crise, sendo o setor mais negativamente afetado e com maior dificuldade de recuperação.

CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DO DESEMPENHO INDUSTRIAL BRASILEIRO E SEUS SUBSETORES

O IBGE calcula o PIB com base no desempenho de três setores da atividade econômica (Indústria, Agropecuária e Serviços) e divide o setor indústria em quatro subsectores (Extrativismo Mineral, Transformação, Construção Civil e Serviços industriais de utilidade pública). A partir dos dados coletados sobre esses subsectores da indústria, analisaremos o comportamento industrial brasileiro, nos últimos 20 anos, e buscaremos as possíveis determinantes que expliquem tal comportamento. A figura a seguir mostra o desempenho industrial brasileiro no período de 2002 a 2015.

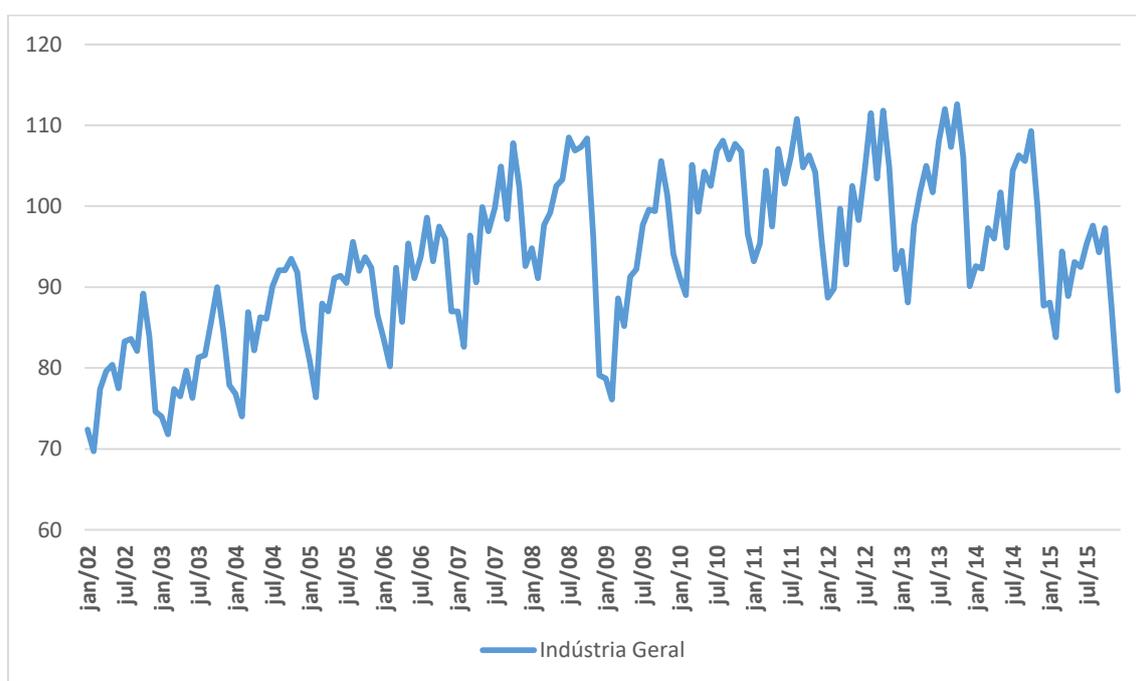


Figura 1: Índice da Produção Física da Indústria Geral

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2016. Produção da indústria geral – índice de base fixa média de 2012 = 100.

A partir da figura 1, percebe-se que a indústria brasileira não apresentou um desempenho satisfatório ao longo do período analisado. A partir de 2004, o então governo brasileiro inicia a sua Política Industrial, uma tentativa de aquecer a produção industrial que não vinha recebendo incentivos desde o fracasso do III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) durante o governo de José Sarney. A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) foi marcada, principalmente, pelo compromisso de retomar as políticas

ativas pró-desenvolvimento, sobretudo, na defesa da indústria nacional e torná-la competitiva no cenário mundial, (DE TONI, 2014).

Era de se esperar que depois de quase 20 anos sem receber um incentivo político, a indústria fosse entrar em um ritmo contínuo e acentuado de crescimento tendo como pontapé inicial o ano de 2004. Não foi isso o que ocorreu, todavia. A indústria teve um desempenho pouco expressivo quando levamos em conta as políticas governamentais adotadas, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), por exemplo. Outro ponto a ser considerado é a alta sensibilidade à crises, tanto de cunho político quanto econômico, que a indústria brasileira demonstra como, por exemplo, em 2012, ano marcado por uma crise econômica mundial, o crescimento da indústria brasileira foi menor do que o crescimento médio mundial, (CHADE, 2012).

Desse modo, buscamos encontrar as possíveis causas para esse ritmo pouco acelerado da indústria, a partir da análise de cada subsetor, e seus respectivos desempenhos.

2.1 A Indústria de Transformação

O conceito de indústria de transformação, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE):

[..] é a indústria que compreende as atividades que envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes com a finalidade de se obterem produtos novos. Os materiais, substâncias e componentes transformados são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, da pesca e produtos de outras atividades industriais. (CNAE, 2016, s/p)

As atividades da indústria de transformação são, frequentemente, desenvolvidas em plantas industriais e fábricas, utilizando máquinas movidas por energia motriz e outros equipamentos para manipulação de materiais. É também considerada como atividade industrial a produção manual e artesanal, inclusive quando desenvolvida em domicílios, assim como a venda direta ao consumidor de produtos de produção própria, como, por exemplo, os ateliês de costura. Além da transformação, a renovação e a reconstituição de produtos são, geralmente, consideradas como atividades da indústria (ex.: recauchutagem de pneus).

Os produtos novos de um estabelecimento industrial podem estar prontos para consumo ou semiacabados, para serem usados como matéria-prima em outro estabelecimento da indústria de transformação. Por exemplo: a produção de celulose será matéria-prima para a produção de papel; por sua vez, o papel será matéria-prima para a produção de artefatos.

A extensão maior ou menor das transformações numa mesma unidade de produção varia em função de características do tipo de organização da produção, podendo apresentar-se em

forma mais ou menos integrada verticalmente ou, ao contrário, através da subcontratação de outras unidades. Tanto as unidades que contratam a terceiros parte ou a totalidade de sua produção (*full converter*), como as unidades de produção que operam como subcontratadas são inseridas na classe de atividade das que produzem os mesmos bens por conta própria.

As indústrias de transformação, em geral, produzem bens tangíveis (mercadorias). Algumas atividades de serviços são também incluídas no seu âmbito, tais como os serviços industriais, a montagem de componentes de produtos industriais, a instalação de máquinas e equipamentos e os serviços de manutenção e reparação. Em alguns casos, a dificuldade de estabelecimento de limites na extensão de determinadas atividades leva à adoção de convenções. Alguns desses casos serão mencionados adiante.

Os serviços industriais (serviços de acabamento em produtos têxteis, tratamento de metais, etc.) constituem parte integrante da cadeia de transformação dos bens e exigem equipamentos, técnicas e habilidade específica, características do processo industrial, e tanto podem ser realizados em unidades integradas como em unidades especializadas. Como classe específica na CNAE, só são identificados os serviços industriais mais importantes e somente quando são exercidos sob contrato.

A montagem das partes componentes de produtos industriais, tanto de componentes de produção própria como de terceiros, é considerada uma atividade industrial. A montagem de componentes pré-fabricados em obras de construção é classificada na indústria se a produção e a montagem são realizadas de forma integrada pela mesma unidade. Se a montagem é realizada por unidade independente especializada, é classificada na atividade de construção. Assim, a montagem no local da construção de componentes pré-fabricados produzidos por terceiros, tais como as partes integrantes de pontes, de instalações comerciais, de elevadores e de escadas rolantes, de sistemas de refrigeração, de redes elétricas e de telecomunicações e de todo tipo de estrutura, é classificada em construção.

A montagem e a instalação de máquinas e equipamentos em unidades da indústria, do comércio e dos serviços, quando realizada por unidades especializadas, são classificadas na divisão 33 (Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos).

A montagem e instalação de máquinas e equipamentos realizada como serviço atrelado à venda por parte de unidade industrial, atacadista ou varejista, é classificada junto com a atividade principal da unidade.

As unidades que têm como atividade principal serviços de reparação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comerciais e similares classificam-se em divisão específica (divisão 33). Porém as unidades de manutenção e reparação de computadores e

periféricos e as unidades de manutenção e reparação de objetos pessoais e domésticos são classificadas em classes específicas da divisão 95. As unidades com atividade principal de manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas são classificadas em classe específica junto ao comércio de automóveis (divisão 45).

A fabricação de peças e acessórios, como regra geral, inclui-se na classe do equipamento a que estão associados às peças e acessórios, com exceção das peças e acessórios de matérias-primas específicas, como, por exemplo, de borracha, de plástico, etc., classificados na divisão referente à transformação dessas matérias-primas (borracha e plástico: divisão 22).

A recuperação de desperdícios e resíduos transformados em matérias-primas secundárias é classificada na divisão 38 (Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais). Mesmo envolvendo transformações físicas ou químicas, não é considerada como parte integrante da indústria de transformação. O objetivo primário destas atividades é o tratamento e processamento de desperdícios e resíduos, o que determina sua classificação na seção E. Porém a fabricação de produtos finais novos a partir do processamento de desperdícios é classificada na atividade de fabricação (p.ex.: a produção de prata a partir de desperdícios de filmes é considerado um processo industrial).

A fronteira entre a indústria de transformação e outras atividades nem sempre é clara. Como regra geral, as unidades da indústria manufatureira estão envolvidas com a transformação de insumos e materiais em um produto novo. A definição do que seja um produto novo, no entanto, nem sempre é objetiva, o que resulta, em muitos casos, em dificuldades na determinação dos limites do que é considerado uma atividade da indústria de transformação. Trabalha-se, nestes casos, com definições convencionadas, tal como explicitado a seguir.

Considera-se como atividades industriais: o resfriamento, pasteurização e empacotamento de leite (divisão 10); a fabricação de alimentos para animais a partir de desperdícios do abate de animais (divisão 10); o tratamento da madeira (divisão 16); a fabricação de massa de concreto preparada (divisão 23); a impressão e correspondentes atividades de suporte (divisão 18), os serviços dos laboratórios ópticos (divisão 32); a manutenção e reparação de embarcações (divisão 33); a manutenção e reparação de veículos ferroviários e de aeronaves (divisão 33).

Por outro lado não são consideradas atividades industriais: o beneficiamento de minerais em continuação à extração (seção B - divisões 07 e 08); a montagem de estruturas no local da construção, quando não realizada pelo fabricante (seção F - divisão 42); a fabricação

de matérias-primas intermediárias a partir de desperdícios de alimentos e bebidas (seção E - divisão 38); a edição de livros, revistas e jornais, mesmo integrada à impressão (seção J - divisão 58); as atividades de empacotamento ou engarrafamento em lotes menores de produtos alimentícios e outros, realizadas pela unidade de comércio atacadista e varejista (seção G - divisões 46 e 47) e por unidades especializadas na prestação destes serviços para terceiros (seção N - divisão 82); a montagem de computadores para o cliente como serviço atrelado à venda pelo comércio (seção G - divisão 47); o corte de metal, madeira, vidro e outros materiais para atendimento às necessidades do cliente no comércio atacadista e varejista (seção G - divisões 46 e 47).

As divisões na seção Indústrias de transformação, em número de 24, refletem em geral diferenças em processo de produção relativos a tipos de insumo, equipamentos da produção e especialidade/qualificação de mão-de-obra. Na tabela 1, pode-se observar as divisões citadas.

Esta seção contém as seguintes divisões:

<u>10</u>	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS
<u>11</u>	FABRICAÇÃO DE BEBIDAS
<u>12</u>	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO
<u>13</u>	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS
<u>14</u>	CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS
<u>15</u>	PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS
<u>16</u>	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA
<u>17</u>	FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL
<u>18</u>	IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES
<u>19</u>	FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCUMBUSTÍVEIS
<u>20</u>	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS
<u>21</u>	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS
<u>22</u>	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO
<u>23</u>	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS

<u>24</u>	METALURGIA
<u>25</u>	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
<u>26</u>	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS
<u>27</u>	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS
<u>28</u>	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
<u>29</u>	FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS
<u>30</u>	FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES
<u>31</u>	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS
<u>32</u>	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS
<u>33</u>	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Tabela 1: Divisões da indústria de transformação

Fonte: CNAE, 2016.

A figura a seguir apresenta o desempenho da indústria de transformação brasileira nos últimos 5 anos.

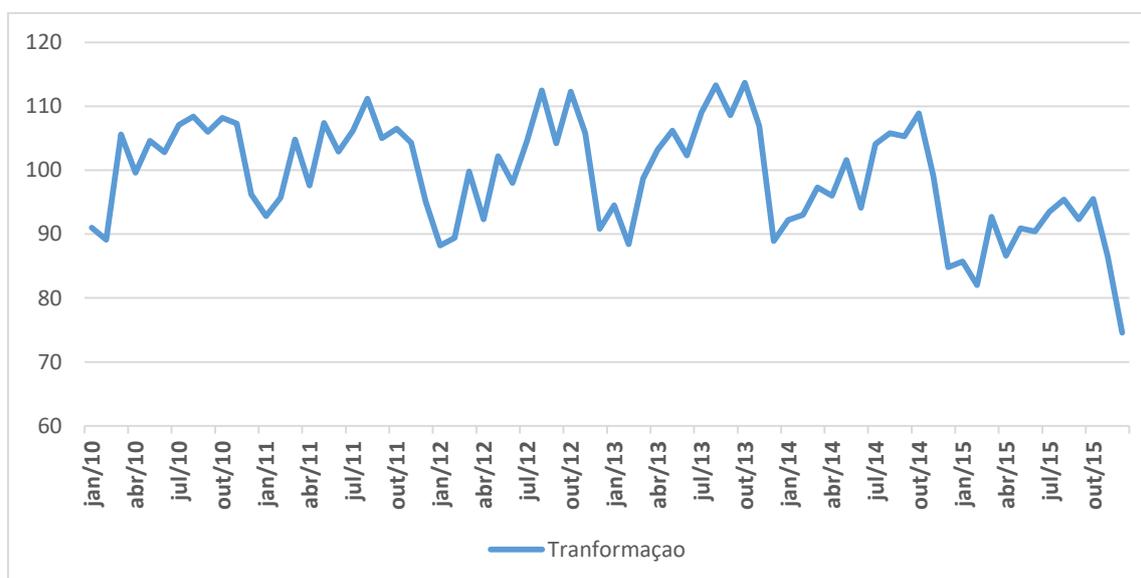


Figura 2: índice da Produção Física da Indústria de Transformação

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015. Produção da indústria de transformação – índice de base fixa média de 2012 = 100.

A indústria de transformação é o subsetor da indústria com o maior número de empregados formais, além de possuir a maior média salarial dentro do setor (COELHO, 2015). Deste modo, podemos afirmar que esse subsetor é o mais importante dentro da indústria como um todo, possuindo um papel dinâmico econômico muito forte. Notadamente, quando há um impulso na produção da indústria de transformação a tendência é que os demais setores da economia sejam diretamente afetados. A queda de produção da indústria de transformação pode ser um fator determinante para a queda dos demais subsetores industriais.

A partir da figura 2, percebemos que há uma sazonalidade no comportamento da indústria ao longo dos anos estudados. Nos meses entre Julho e Outubro, de cada ano analisado, a produção desse subsetor apresenta seu pico, enquanto no período entre dezembro e fevereiro há uma queda produtiva. Do ano de 1995 até o ano de 2011 percebemos uma evolução contínua na produção dessa indústria, interrompida no ano de 2012, retomada no ano seguinte e se estendendo até 2014. Essa interrupção pode ser explicada pelos efeitos da crise econômica que o país sofreu no ano de 2012, tendo a recuperação no ano seguinte.

Para melhor compreensão da produção da indústria de transformação, analisaremos a relação desta com a taxa de câmbio e com a taxa Selic, respectivamente.

2.1.1 Produção da indústria de transformação e a Taxa de câmbio

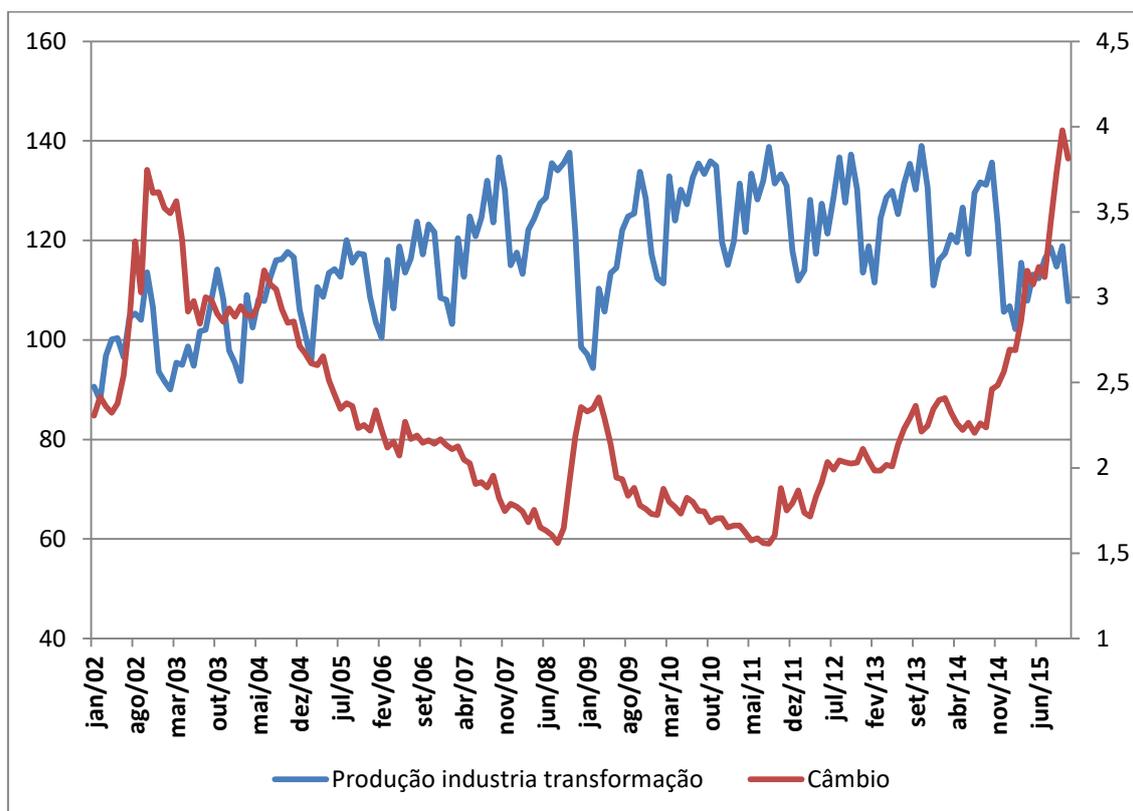


Figura 3: evolução do índice da produção física da Indústria de Transformação e Taxa de Câmbio nominal. Eixo, vertical, da direita representa a taxa de câmbio e o da esquerda representa a produção.

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015. Produção da indústria de transformação - índice de base fixa média de 2012 = 100.

No gráfico acima o eixo vertical à esquerda representa o nível de produção da indústria de bens de capital e o eixo vertical à direita representa a taxa de câmbio. A partir da figura 3, percebemos uma correlação negativa entre a produção da indústria de transformação e a taxa de câmbio, sendo que nos períodos em que a taxa de câmbio apresenta uma queda gradual a produção cresceu e, conseqüentemente, quando a taxa de câmbio aumentou a produção diminuiu. Em outras palavras, podemos afirmar, a partir dos dados apresentados no gráfico, que a produção da indústria de transformação depende intrinsecamente de uma moeda nacional forte. Uma vez que uma taxa de câmbio alta implica na valorização da moeda nacional, no caso brasileiro o Real, frente a moeda comercial global, o Dólar.

A ideia de uma moeda mais fraca afetar negativamente a produção industrial da indústria de transformação nos remete ao fato deste subsetor industrial carecer, substancialmente, da importação de insumos, maquinários, peças e equipamentos, acrescendo, deste modo, os seus custos de produção. Não somente a indústria de transformação é afetada

pelo câmbio, mas também os demais setores da atividade econômica são afetados por essa variável. A desvalorização do real impacta nos preços do setor de alimentos, que destinará uma parcela maior de sua produção para o mercado externo.

A agricultura sofrerá impacto direto causado pela desvalorização do câmbio. Uma vez que os preços dos alimentos reduz no exterior, a sua demanda externa apresentará tendências de crescimento, gerando uma redução da oferta interna e, conseqüentemente uma elevação dos preços para os consumidores dentro do país. Além do impacto nos preços dos alimentos, o câmbio afetará o preço do setor de serviços. Setores básicos como transporte público, alugueis e energia elétrica, que são ajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M). O IGP-M é um índice utilizado para a correção de contratos de alugueis e é, também, um indexador de tarifas de energia elétrica (PORTAL BRASIL, s/d). Com a incorporação desses custos mais elevados, a renda real do brasileiro tende a reduzir. Por se tratarem de bens essenciais para a vida dos indivíduos, esses setores básicos de serviços e até mesmo os alimentos, apresentam pouca sensibilidade à possíveis elevações de preço o que não ocorre, por sua vez, com a indústria, que sofrem com uma diminuição da demanda interna por seus produtos.

Por outro lado, uma moeda desvalorizada poderia inserir a indústria brasileira no mercado externo de maneira mais competitiva. Apesar da alta do dólar impactar em uma aumento dos custos de produção industrial, é possível que a desvalorização cambial seja superior ao aumento dos custos decorrente da mesma, melhorando a competitividade da indústria nacional.

2.1.2 A Indústria de Transformação e o mercado externo

Para ilustrar melhor o desempenho da indústria nacional no mercado externo foi analisado, a partir da figura 4, o coeficiente das exportações da indústria de transformação.



Figura 4: coeficiente de exportação da Indústria de Transformação

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

O coeficiente de exportação mede a importância do mercado externo para a produção do setor industrial. Durante a fase do crescimento robusto entre 2000-2008, a indústria de transformação exportou em média 1/5 da sua produção. Nota-se ainda uma tendência de queda do coeficiente a partir de 2004, contudo como vimos o nível de produção continuou aumentando durante o mesmo período, compreendendo-se assim que o mercado interno absorvia de forma crescente esta produção. A partir da crise imobiliária nos Estados Unidos, ocorrida em 2008, a importância do mercado externo para a produção nacional já se restringia a 1/6 da produção total, sendo que o nível de produção também já começava a diminuir a partir do ano de 2012. Esta série se encerra no mês de janeiro de 2014.

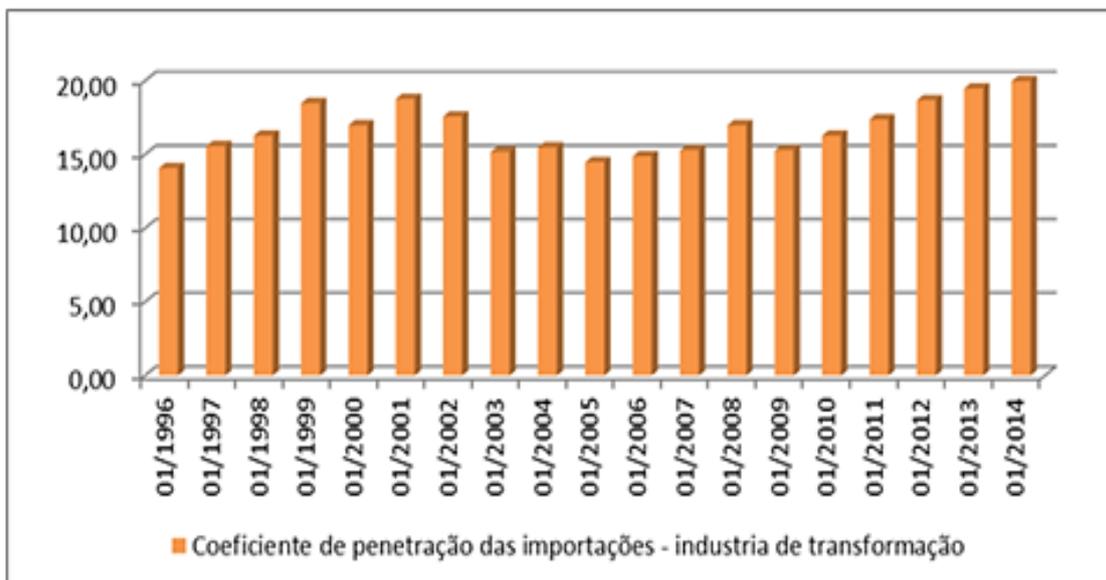


Figura 5: Coeficiente de penetração das importações – indústria de transformação

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

O coeficiente de penetração das importações mede a participação dos produtos importados no consumo doméstico, considerando-se tanto o consumo final quanto o consumo intermediário (insumos para a indústria). A partir de 2009 o índice apresenta tendência de alta, após ter se mostrado comportado e relativamente estável no período entre 2002 e 2008.

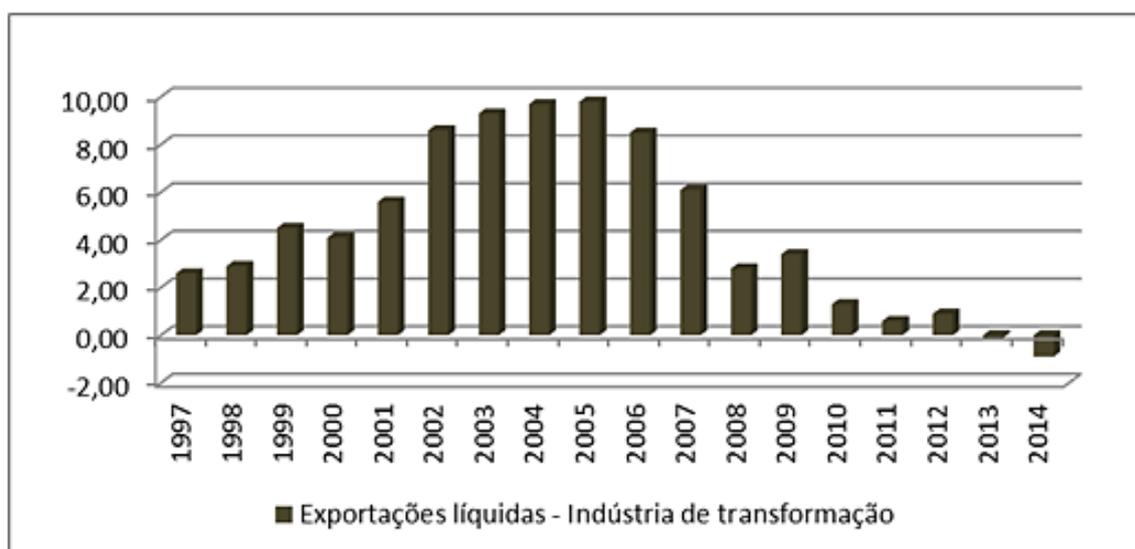


Figura 6: exportações líquidas – Indústria de transformação

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

O coeficiente de exportações líquidas é a diferença entre o valor das exportações e o valor dos insumos importados como proporção do valor da produção. Se o coeficiente é

positivo significa que o valor exportado pela indústria é superior ao valor dos insumos importados. Percebemos que durante a primeira fase o coeficiente sempre se manteve com taxas positivas e a partir da segunda fase ele começa a diminuir e chega em 2014 ao resultado negativo.

Ainda em relação ao comércio exterior vamos apresentar as indústrias que mais utilizam insumos importados e as que mais exportaram ao longo do tempo para ilustrar os possíveis efeitos que o câmbio pode causar em determinados casos.

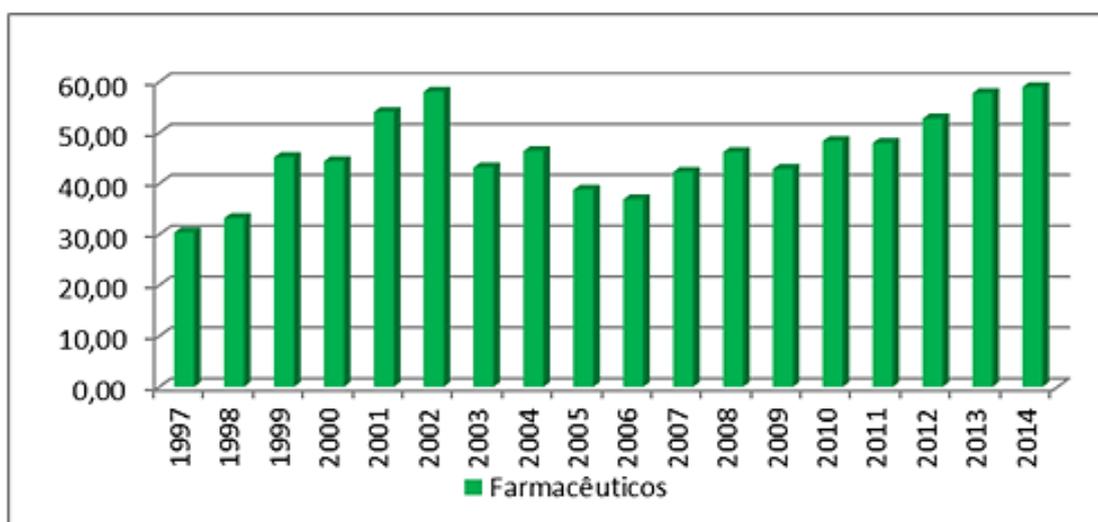


Figura 7: farmacêuticos

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

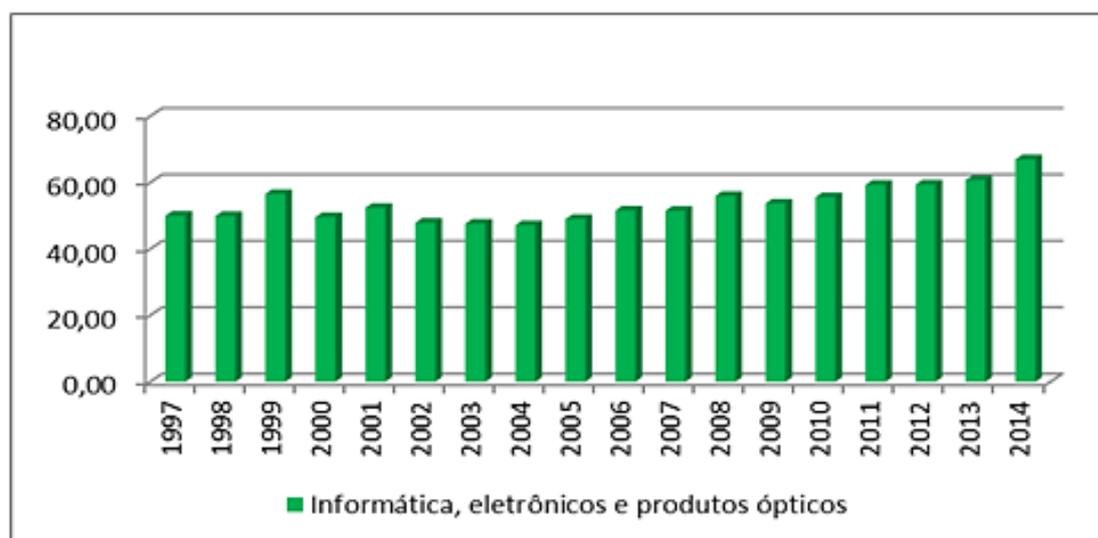


Figura 8: informática, eletrônicos e produtos ópticos.

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

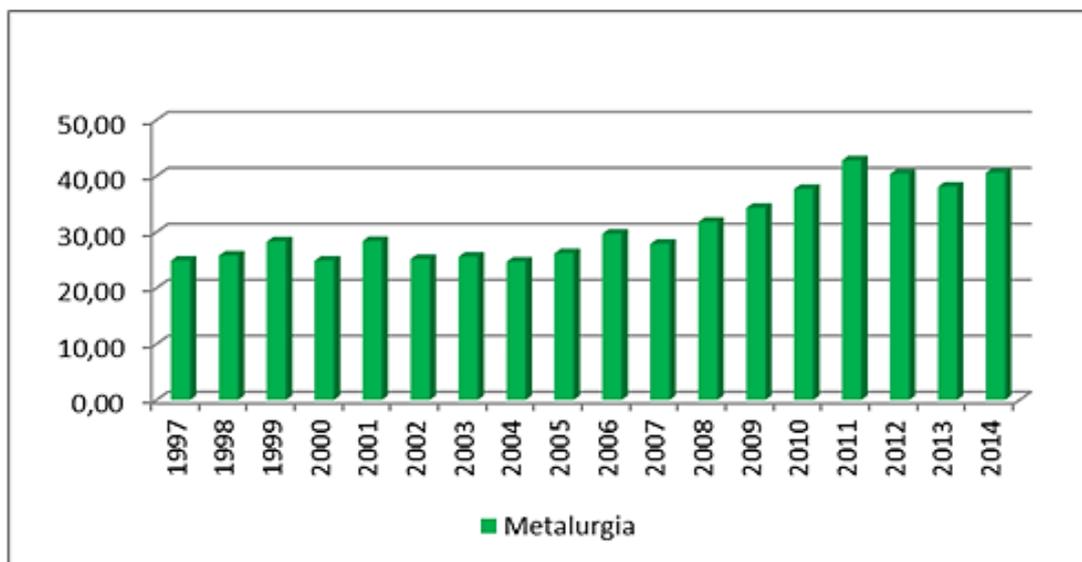


Figura 9: metalurgia

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

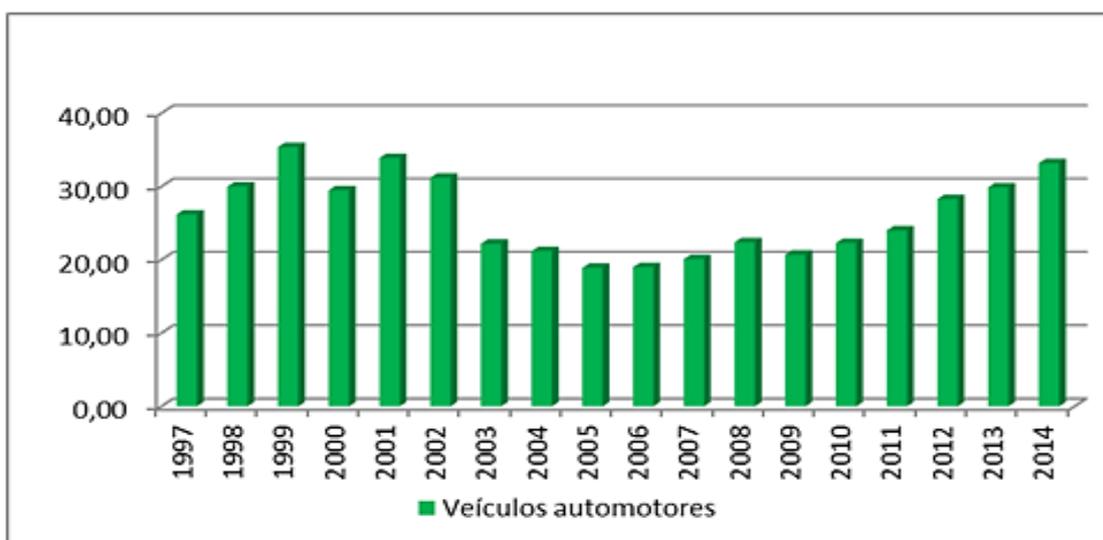


Figura 10: veículos automotores

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

As figuras 7, 8, 9 e 10 representam as indústrias que mais gastaram em insumos importados para realizar as suas produções (maior coeficiente de insumos importados). É importante ressaltar que ainda não estão disponíveis os dados referentes ao ano de 2015 e que em 2014 o dólar fechou o ano cotado em R\$2.60. É interessante notar a tendência de alta que ocorreu após a crise de 2008.

Agora vamos listar as indústrias que mais exportam neste momento (maior coeficiente de exportação).

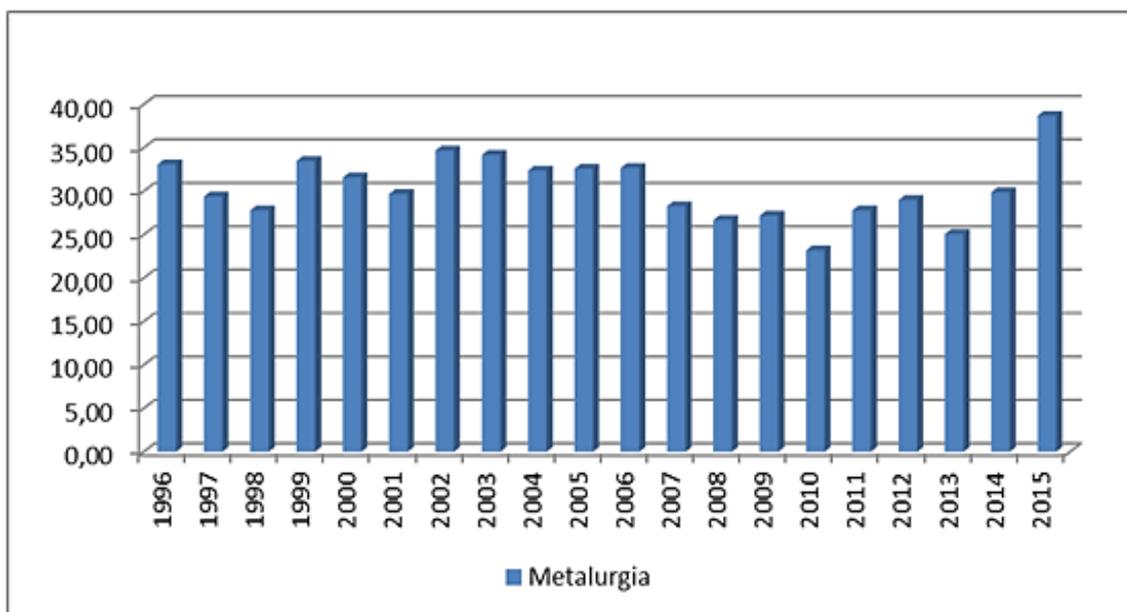


Figura 11: metalurgia

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

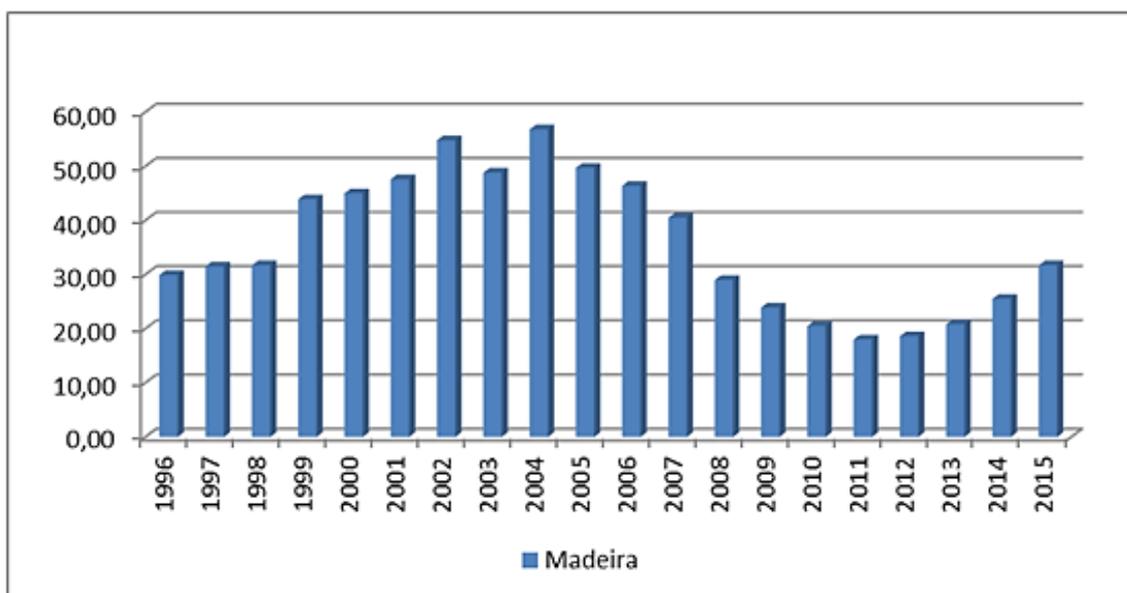


Figura 12: madeira

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

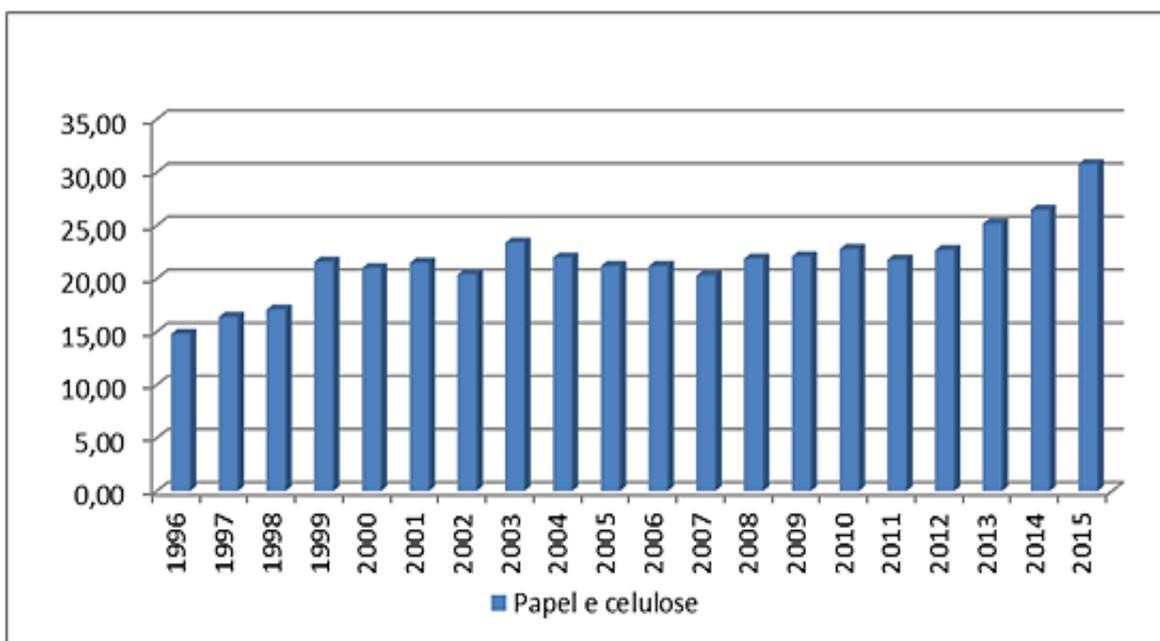


Figura 13: papel e celulose

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

A alta da taxa de câmbio fez com que o mercado externo ganhasse importância para estes setores, representados pelas figuras 11, 12 e 13. Quando analisamos a participação da produção da indústria de transformação em valores correntes no total do setor secundário durante a série notamos uma redução na variável a partir de 2009.

2.1.3 Produção da Indústria de Transformação e a Taxa Selic

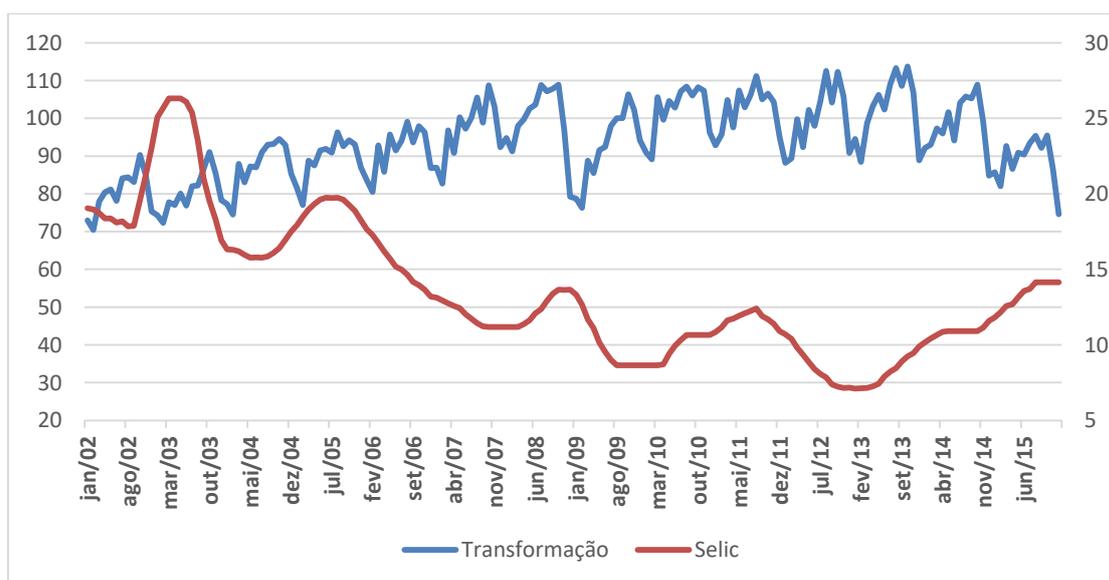


Figura 14: Evolução do índice da produção física da Indústria de Transformação, eixo vertical a esquerda e Taxa Selic, eixo vertical a direita.

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

O eixo vertical a esquerda representa o nível da produção de bens de capital, enquanto o eixo vertical a direita representa a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Com base nos dados da figura 14, observamos que no período em que a taxa Selic apresenta o seu ponto mais elevado (2002 e 2003) a produção da indústria de transformação apresenta valores muito baixos quando comparados com os demais anos, já no período datado de 2011 até início de 2014 a produção atinge o seu ápice na série analisada. Deste modo, podemos afirmar que a taxa Selic afeta a produção desse subsetor da indústria.

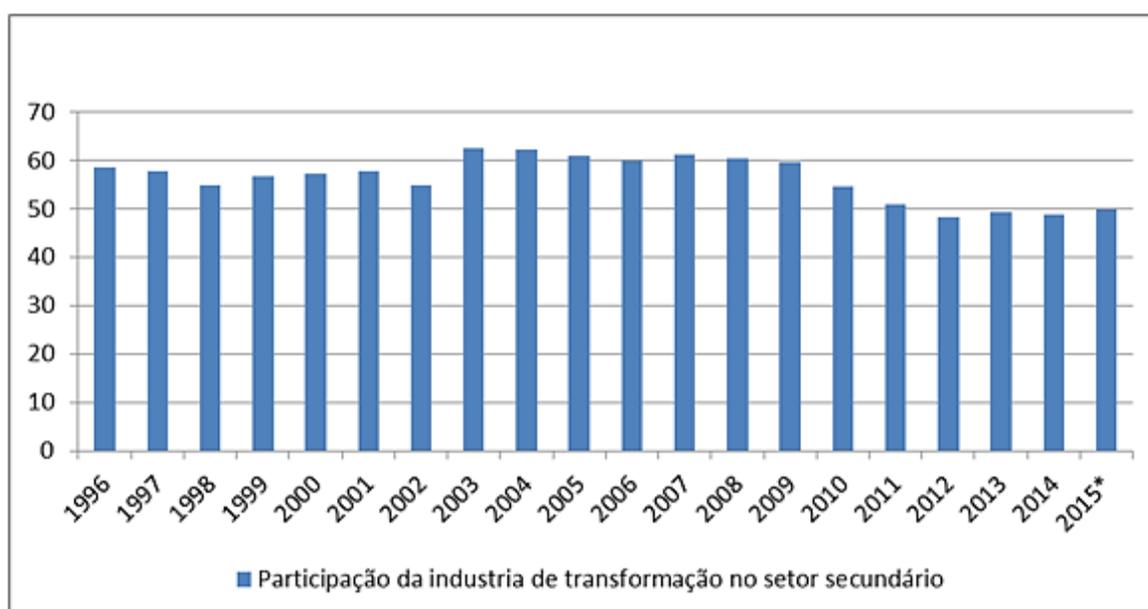


Figura 15: participação da indústria de transformação no setor secundário

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

Percebe-se, a partir de uma análise simplista da figura 15, que a indústria de transformação tem um peso significativo sobre o setor secundário e, ainda de acordo com a mesma figura, há queda da participação desse subsetor, no ano de 2010, sem tendências de recuperação nos anos seguintes da série.

2.2 Indústria extrativa

Segundo a CNAE, esta seção compreende as atividades de extração de minerais em estado natural: sólidos (carvão e outros minérios), líquidos (petróleo cru) e gasosos (gás natural), podendo realizar-se em minas subterrâneas, a céu aberto ou em poços. Inclui as atividades complementares de beneficiamento associado à extração, realizadas principalmente

para melhorar a qualidade do produto e facilitar a comercialização, desde que o beneficiamento não altere as características físicas ou químicas dos minerais. As atividades de beneficiamento são, geralmente, executadas pela empresa mineradora junto ao local da extração. São consideradas atividades de beneficiamento: trituração, classificação, concentração, pulverização, flotação, liquefação de gás natural, etc.

As atividades extrativas são classificadas nas divisões, grupos e subclasses de acordo com o principal mineral produzido.

Esta seção compreende também os serviços industriais realizados sob contrato que fazem parte do processo produtivo das atividades desta seção, particularmente na extração de petróleo, e as atividades especializadas de apoio à exploração mineral.

Esta seção não compreende o beneficiamento de minerais não-metálicos executado fora do local da extração (pertence a indústria de transformação); a preparação do terreno para extração de minerais (setor terciário) e os estudos geofísicos, geológicos e semelhantes (setor terciário).

Esta seção contém as seguintes divisões:

<u>05</u>	EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL
<u>06</u>	EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL
<u>07</u>	EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS
<u>08</u>	EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS
<u>09</u>	ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS

Tabela 2: Divisões da indústria extrativa

Fonte: CNAE, 2016.

A indústria extrativa mineral foi o setor com desempenho mais positivo entre os avaliados, apresentando tendência de aumento na produção desde o início da série até o fim. Durante o período analisado o setor foi positivamente influenciado pelo aumento do preço do minério, aumentando os investimentos da Vale e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), além do aumento do investimento na estatal Petrobrás. A partir do ano de 2004 a aproximação comercial entre Brasil e China alavancou a produção desse setor da indústria brasileira. A expansão da economia chinesa aumentou a participação da indústria extrativa no comércio internacional importando várias matérias primas oriundas dessa indústria. A década passada que foi marcada pela alta no preço das commodities no mercado internacional também

marcou a expansão das indústrias extrativas no Brasil e o aumento da sua participação em valores correntes no total do setor secundário. O setor obteve crescimento real em 15 dos 20 anos que constituem a série.

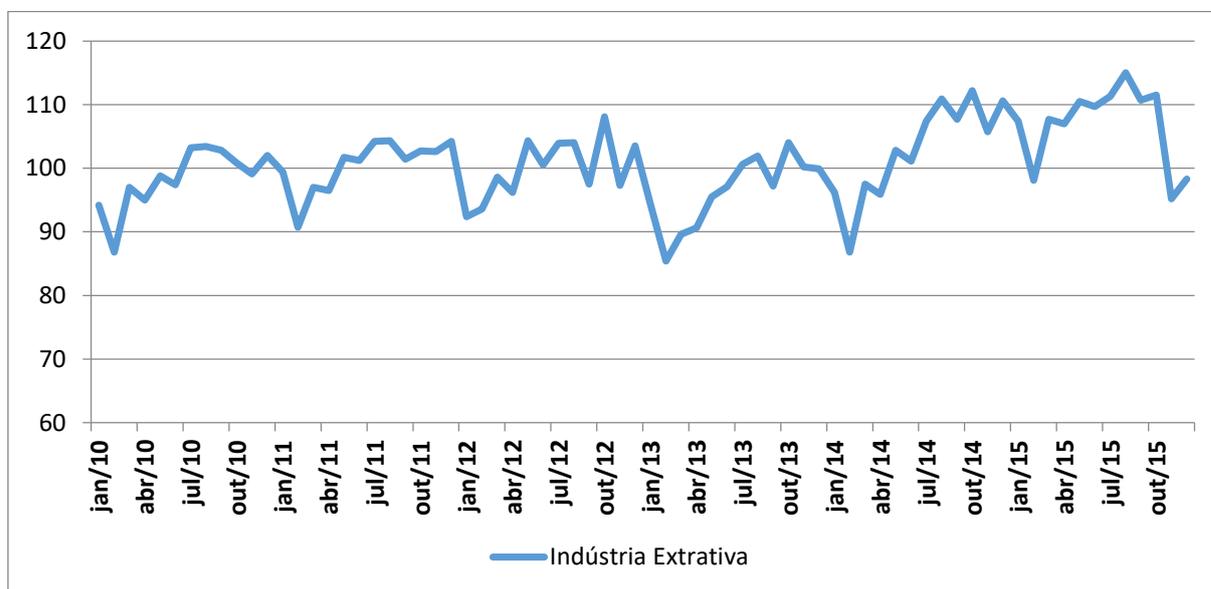
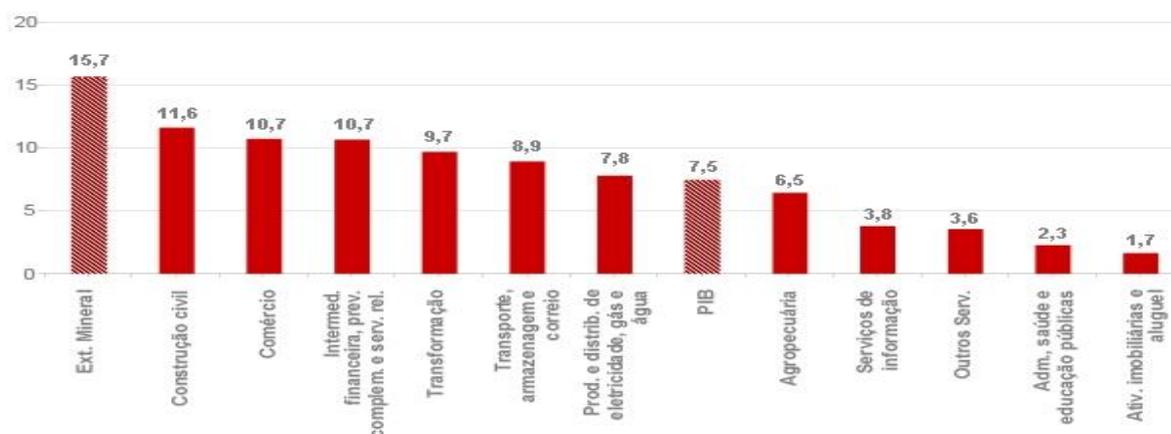


Figura 16: indústrias extrativas

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015. Produção da indústria de transformação - índice de base fixa média de 2002 = 100.

A indústria extrativa brasileira está fortemente vinculada ao mercado externo, a maior parte da sua produção é destinada ao comércio exterior e uma parcela pequena é utilizada internamente. Podemos afirmar, com base nos dados coletados, que este foi o subsetor que apresentou o melhor desempenho ao longo da série estudada. Teve um crescimento contínuo e gradual até a interrupção no ano de 2008, dado ao efeito da crise econômica externa, e voltou a crescer nos anos seguintes, fechando em alta no final do período analisado. O gráfico a seguir, coletado no site G1, mostra o impacto da indústria extrativa no PIB brasileiro no ano de 2010.

Varição do PIB por setores em 2010 (em %)



Fonte: IBGE

Arte/G1



Figura 17: participação das indústrias extrativas no setor secundário

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

Observa-se, a partir da figura 17, que a indústria extrativa, ao contrário da indústria de transformação, desenvolveu uma maior participação dentro do setor secundário, ao longo da série estudada, destacando, como citado anteriormente, o forte crescimento desse subsector dentro do cenário econômico brasileiro.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INDÚSTRIA SEGUNDO CATEGORIA DE USO

3.1 Bens de Capital

A produção de bens de capital, trata-se de equipamentos, máquinas, material de transporte e construção usados na produção. A expansão dessa categoria significa que as empresas têm investido mais, claramente impulsionadas pelo aumento do consumo e por expectativas positivas quanto ao desempenho futuro dessa e de outras variáveis (exportação, etc.). Quando há este investimento tem-se também o aumento da capacidade produtiva. Com mais equipamentos, as empresas são capazes de produzir mais.

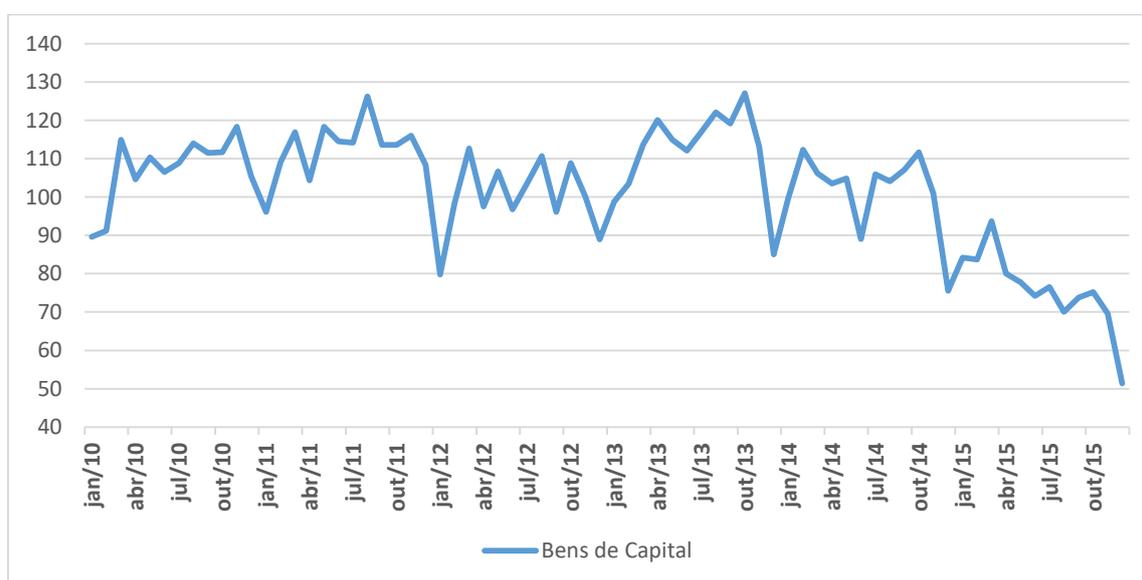


Figura 18: bens de capital

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

Na indústria de bens de capital, a produção ao longo dos anos é bastante irregular, com muitos altos e baixos. É importante notar que a partir de outubro de 2014 a produção segue abaixo dos demais anos, quando comparamos com a base fixa do ano de 2012. Houve relativa estabilidade da produção entre os anos de 2010 e 2013 e uma nítida tendência à queda a partir desse ano, queda ressaltada inclusive pela consultoria britânica *Capital Economics* (2015) citada por Álvaro (2015). Em relação a novembro de 2011, houve redução na produção de bens de capital para uso misto (-13,7%), para energia elétrica (-12,3%), para construção (-17,6%), agrícola (-2,2%) e para fins industriais (-0,3%). Já em novembro de 2013 a queda na produção de caminhões voltou a impactar a fabricação de bens de capital em novembro. As importações de bens de capital sofreu uma redução de 14,4% nos primeiros dois meses de 2015, o que fortalece a baixa referente a janeiro do ano anterior. Partes e peças para a

indústria agrícola e acessória de maquinaria industrial foram os itens mais negativamente impactados.

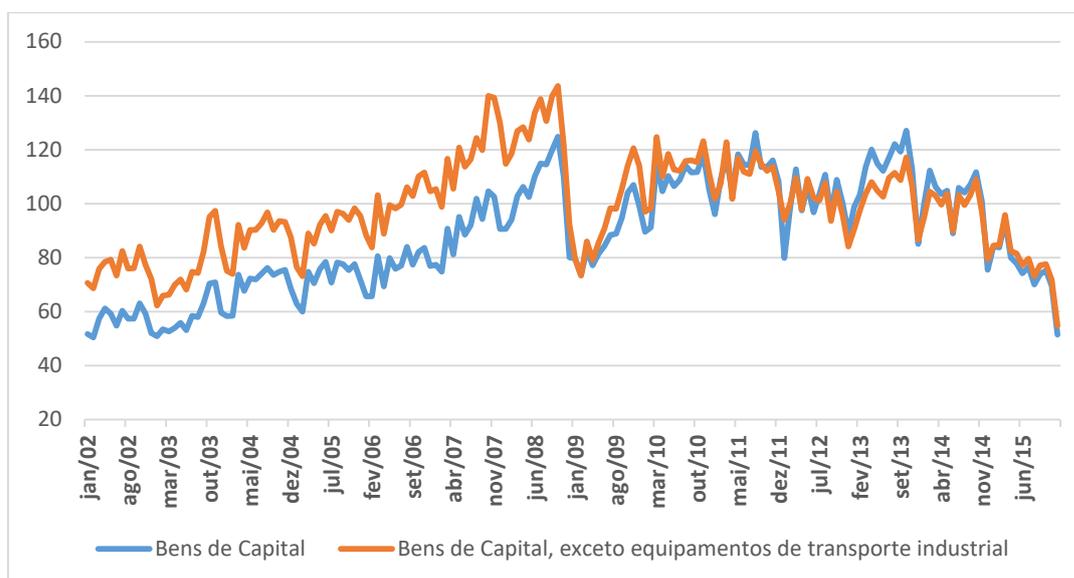


Figura 19: bens de capital e Bens de Capital, exceto equipamentos de transporte industrial

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

O subgrupo Bens de Capital, exceto equipamentos de transporte industrial acompanha, na maior parte das vezes, o grupo Bens de Capital. A partir da análise da figura 19, observa-se que o período entre o início da série, em 2002, até 2008 este subsetor influenciou a alta do setor de Bens de Capital e sua produção esteve sempre acima do setor em questão. É perceptível, também, que após o ano de 2008, este subsetor não se recuperou bem dos efeitos da crise, nesse mesmo ano, e atuou no período de 2009 até o final da série estudada no mesmo nível ou até mesmo abaixo da curva de Bens de Capital.

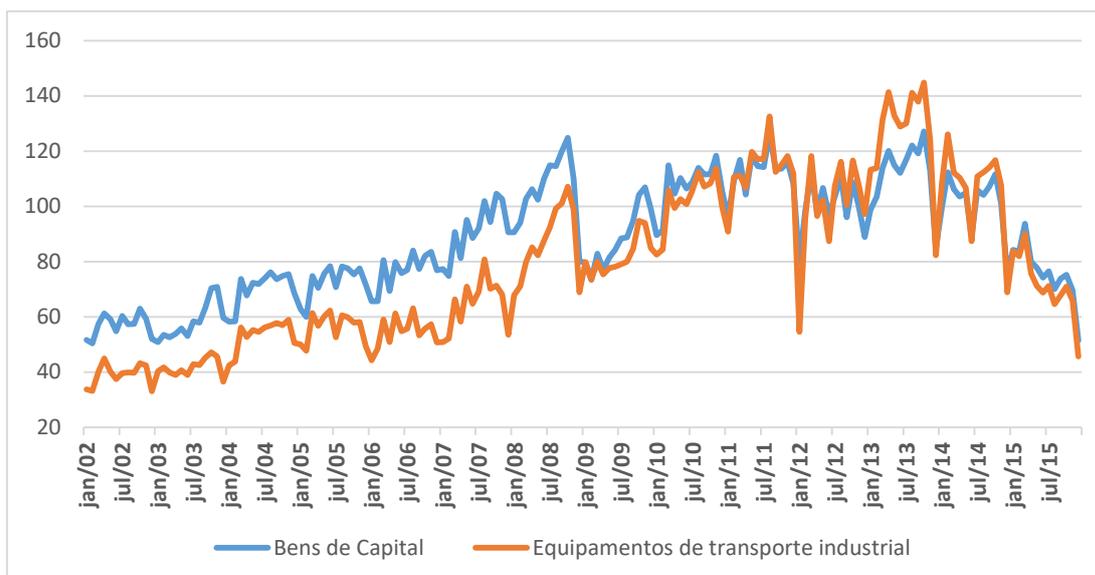


Figura 20: Bens de capital e Equipamentos de transporte industrial

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

Através da análise da figura 20, percebe-se que o subgrupo de equipamentos de transporte industrial acompanha muito proximamente a indústria de Bens de Capital. A grande queda no final de 2011 no setor de bens de capital pode ser justificada pela queda expressiva apresentada por esse subgrupo. Este é composto pela fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias; fabricação de aviões, navios, veículos para transporte de mercadorias, dentre outros.

3.1.1 Produção de Bens de Capital e a Taxa Selic

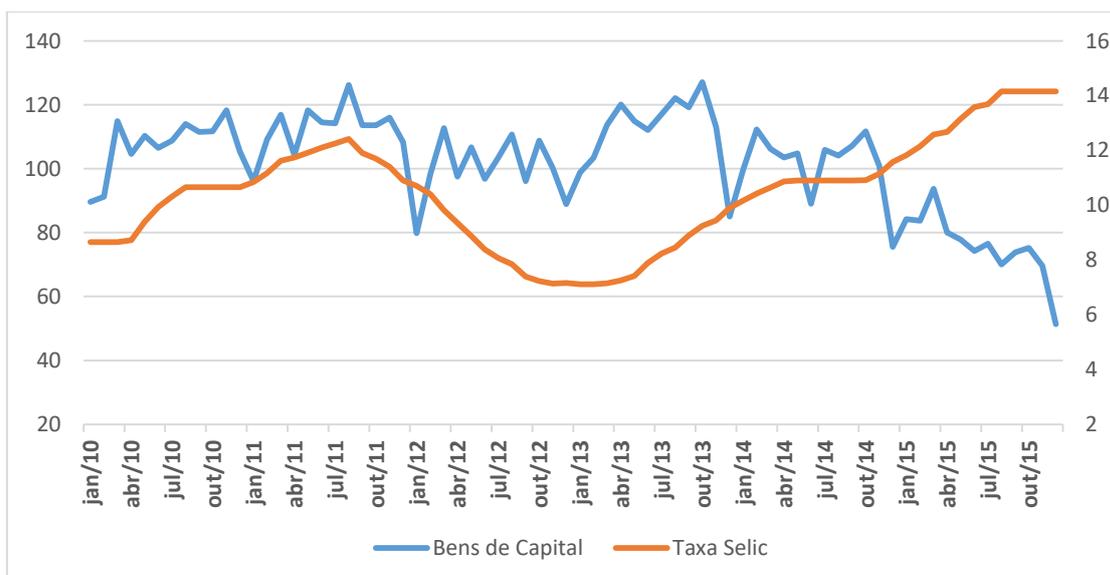


Figura 21: Relação da taxa de juros, eixo vertical a esquerda, com a produção de bens de capital, eixo vertical a direita.

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

Percebe-se que não há relação clara entre a taxa de juros da economia brasileira e o nível de produção de Bens de Capital. Entretanto, no período analisado e considerando o período setembro/outubro de 2013, nota-se que quando a taxa de juros aumenta, a indústria de bens de capital declina, ou seja, há uma relação inversa entre tais variáveis.

3.1.2 Produção de Bens de Capital e a Taxa de Câmbio

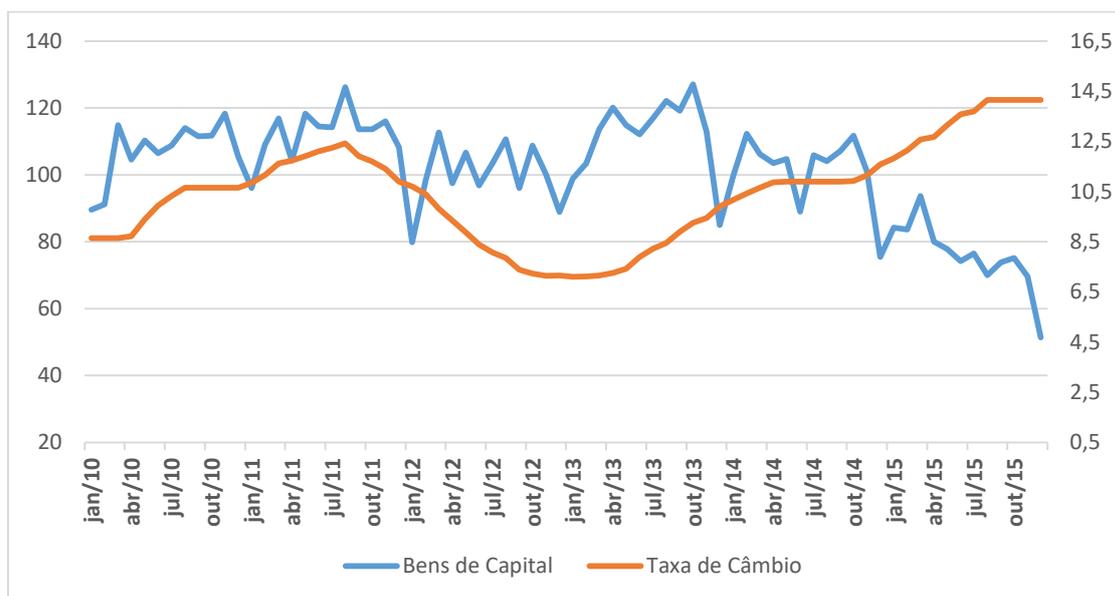


Figura 22: Relação da taxa de câmbio, eixo vertical a esquerda, com a produção de bens de capital, eixo vertical a direita.

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

Nota-se que não há relação bem definida entre a indústria de bens de capital e a taxa de câmbio. Em dezembro de 2014, percebe-se, no entanto, que quando a taxa de câmbio aumenta a indústria de bens de capital cai, porém, dado aos fatores de instabilidade econômica e política, citados anteriormente, não pode-se concluir que a elevação dessa variável foi responsável pela queda produtiva dessa categoria de uso.

3.2 Bens de Consumo

Os bens de consumo são os que satisfazem diretamente a demanda a curto, médio ou longo prazo, tendo a finalidade de atender as necessidades de consumo dos indivíduos, das famílias, empresas e governo. Os bens de consumo são classificados segundo a durabilidade dos bens, sendo divididos em duráveis, semiduráveis e não duráveis. O gráfico abaixo mostra como foi o desempenho dos bens de consumo no período correspondido entre setembro de 2010 a setembro de 2015.

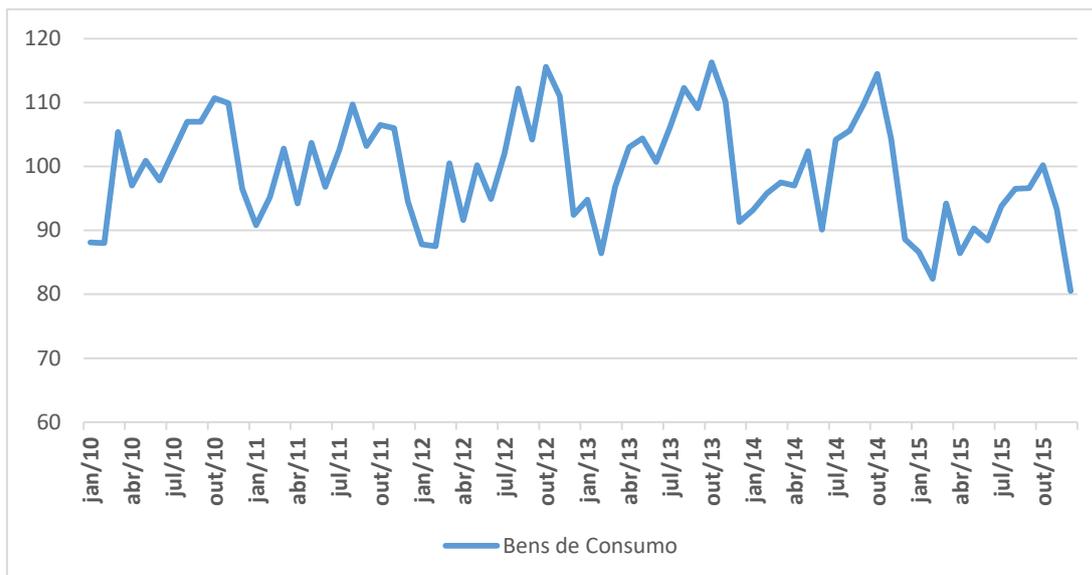


Figura 23: Evolução do setor de bens de consumo no Brasil (janeiro/2010 – dezembro/2015)

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

Pode-se observar que na indústria de bens de consumo existe certa sazonalidade. Os meses de setembro correspondem ao período em que a produção atinge o seu ápice, e os meses de janeiro são os meses em que a produção mais decresce, fato que pode ser explicado devido ao período de natal (período de maior expansão do consumo) e posteriormente as férias. A desaceleração no ritmo de concessões de crédito, o crescimento menor da renda e a alta nas taxas de juros afetaram o consumo das famílias nos meses de dezembro. Segundo o site A Notícia “A alta nas taxas de juros, a desaceleração no ritmo de concessões de crédito e o crescimento menor da renda afetaram o consumo das famílias em 2014, explicando o aumento de apenas 2,2% nas vendas do varejo no ano, o pior desempenho desde 2003, justificou Juliana Vasconcellos, gerente da Coordenação de Serviços e Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. O aumento nos juros contribuiu negativamente para o consumo. É evidente que a taxa de juros possui influência e que tanto sua elevação quanto a sua queda apresenta impacto no consumo e, conseqüentemente, na produção.

3.2.1 Produção de Bens de Consumo x Taxa SELIC

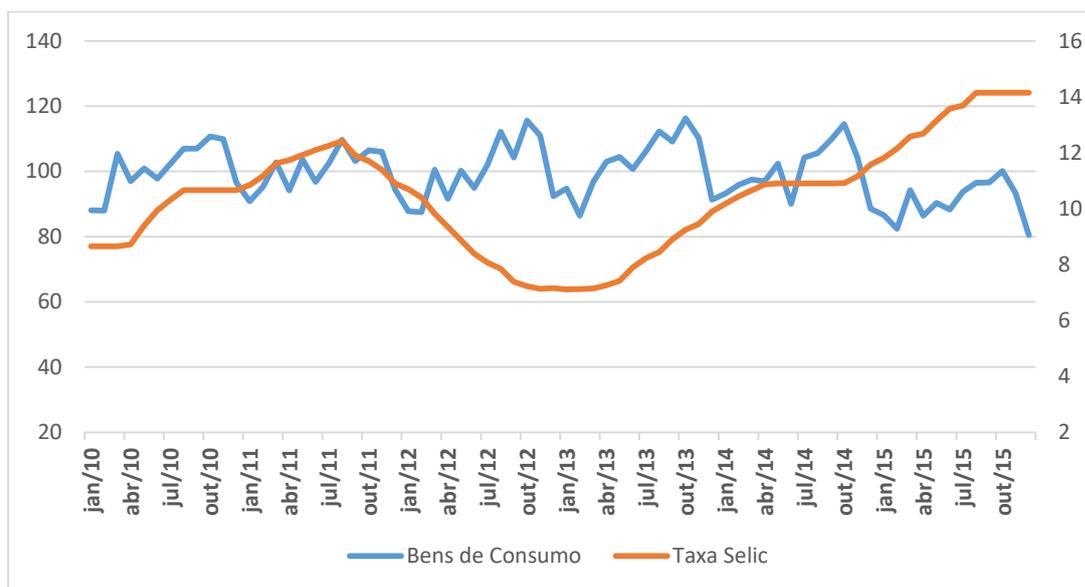


Figura 24: Relação da produção de bens de consumo, eixo vertical a esquerda, com a taxa Selic, eixo vertical a esquerda.

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

Percebe-se que não há relação tão clara e significativa entre a taxa de juros da economia brasileira e o nível de produção de Bens de Consumo. Entretanto, a partir de outubro de 2014 nota-se que quando a taxa de juros aumenta, a indústria de bens de consumo declina, ou seja, há uma relação inversa.

3.2.2 Produção de Bens de consumo x Taxa de Câmbio

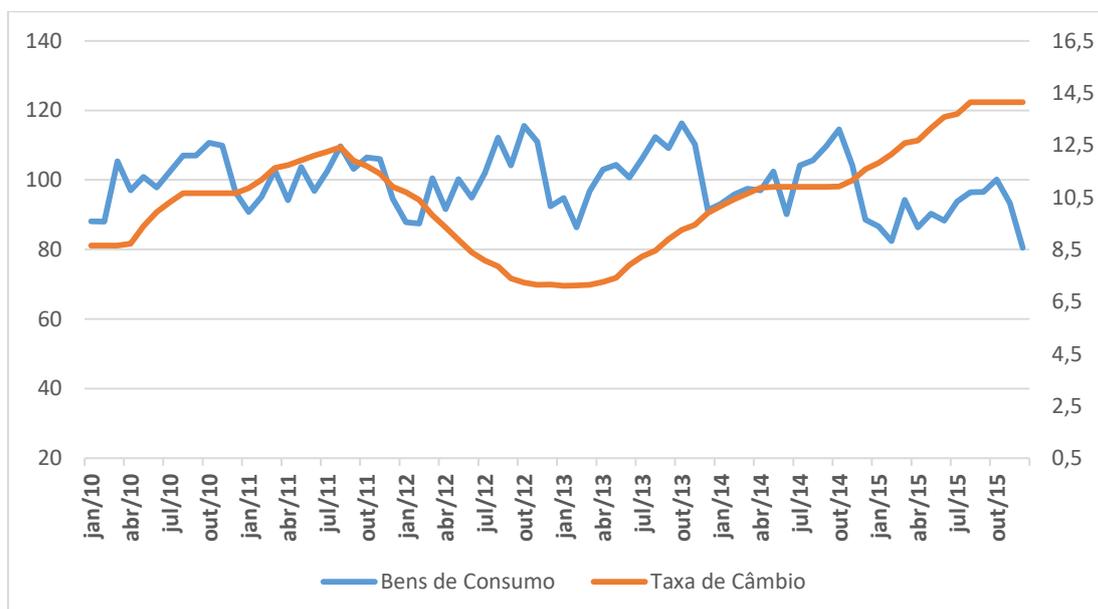


Figura 25: Relação da produção de bens de consumo, eixo vertical a esquerda, com a taxa de câmbio, eixo vertical a direita.

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

Nota-se que não há relação significativa, ou bem definida, entre a indústria de bens de consumo e a taxa de câmbio. Porém, em dezembro de 2014, percebe-se que quando a taxa de câmbio aumenta a indústria de bens de consumo caí, mas não há elementos claros que comprovem tal relação. Para melhor compreensão da relação entre a Taxa de Câmbio e a Taxa Selic com a produção dos bens de consumo, deve-se analisar isoladamente os dois subsetores Bens de Consumo Duráveis (BCD) e Bens de Consumo não Duráveis (BCND), responsáveis por compor o setor de Bens de Consumo.

3.2.3 Bens de consumo duráveis

Os bens de consumo são os bens utilizados pelos indivíduos e famílias. Os bens de consumo duráveis englobam os bens de consumo que prestam serviço por um período de tempo relativamente longo, como é o caso, por exemplo, máquinas de lavar-roupas, geladeiras, e até mesmo os automóveis.

Políticas de redução de IPI (imposto sobre produtos industrializados), por exemplo, favorecem o consumo de bens duráveis na economia, como eletrodomésticos, eletroeletrônicos, automóveis, entre outros.

O gráfico a seguir mostra o comportamento da indústria de bens de consumo duráveis no período entre Setembro de 2010 até Setembro de 2015.

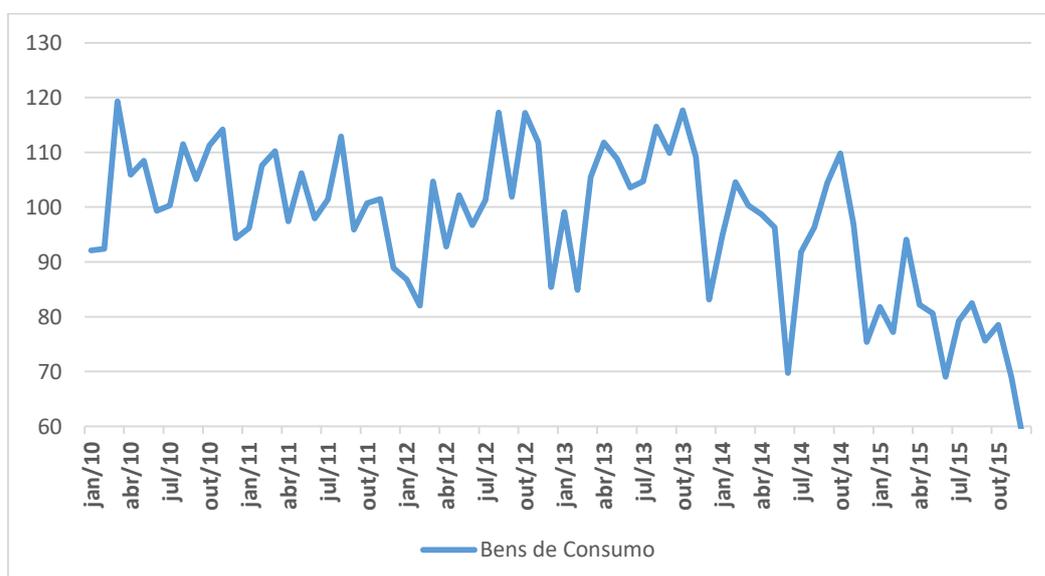


Figura 26: Produção de bens de consumo duráveis no Brasil (janeiro/2010 – dezembro/2015)

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

A indústria de bens de consumo duráveis apresenta uma produção bem irregular entre Setembro de 2010 a Setembro de 2015, não apresentando uma sazonalidade bem definida nesse período. Entretanto, pode-se observar que entre Setembro de 2010 a Setembro de 2011, a produção manteve-se regular. Em Janeiro de 2012, a produção caiu consideravelmente, assim como os meses de Janeiro dos anos subsequentes. Isso acontece pois nesse mês a produção cai devido ao período de fim de ano e férias, em que a produção não tem um ritmo tão acelerado. Em meados de 2012 o segmento volta a crescer tendo seu melhor desempenho em junho. Produção industrial avançou 0,6% em outubro de 2013, mas volta a entrar em queda. Em junho de 2015 a produção industrial nacional recuou 0,3% frente ao mês imediatamente anterior, após acréscimo de 0,6% em maio último quando interrompeu três meses de resultados negativos consecutivos, período em que acumulou perda de 3,5%. Ainda na comparação com o mês imediatamente anterior teve um recuo de 10,7%.

Dentro do grupo de bens de consumo duráveis, existem vários subgrupos que o compõe, com pesos diferentes. Entretanto, há alguns que fazem a produção cair ou aumentar, pois são muito significativos e que tem maior representação no grupo. A seguir, serão listados aqueles mais relevantes para o grupo bens de consumo duráveis. O gráfico a seguir mostra a comparação entre a produção de bens de consumo duráveis e a produção de bens de consumo duráveis, exceto automóveis e transporte não industrial.

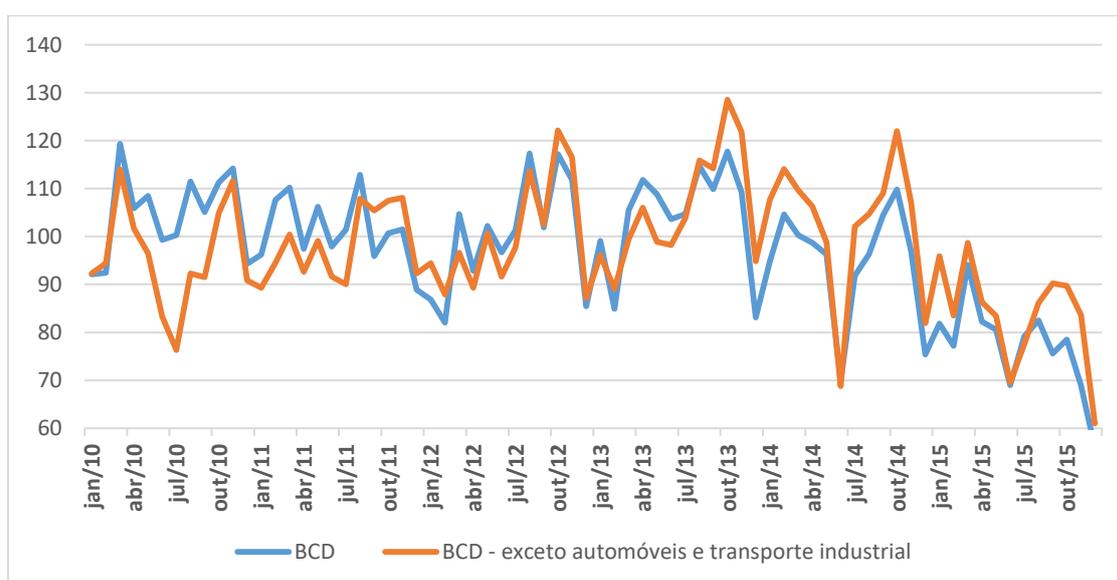


Figura 27: Produção de bens de consumo duráveis x bens de consumo duráveis – exceto automóveis e transporte não industrial

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

Análise que pode ser feita, a partir dos gráficos acima, é que o subgrupo Bens de Consumo Duráveis – exceto automóveis e transporte não industrial – acompanha o comportamento do setor de Bens de Consumo Duráveis. A maior queda apresentada por esse subgrupo, durante o período estudado, foi ao final de 2015, onde as duas curvas se encontraram.

A figura 28, ilustra a comparação dos bens de consumo duráveis entre produção de automóveis para passageiros:

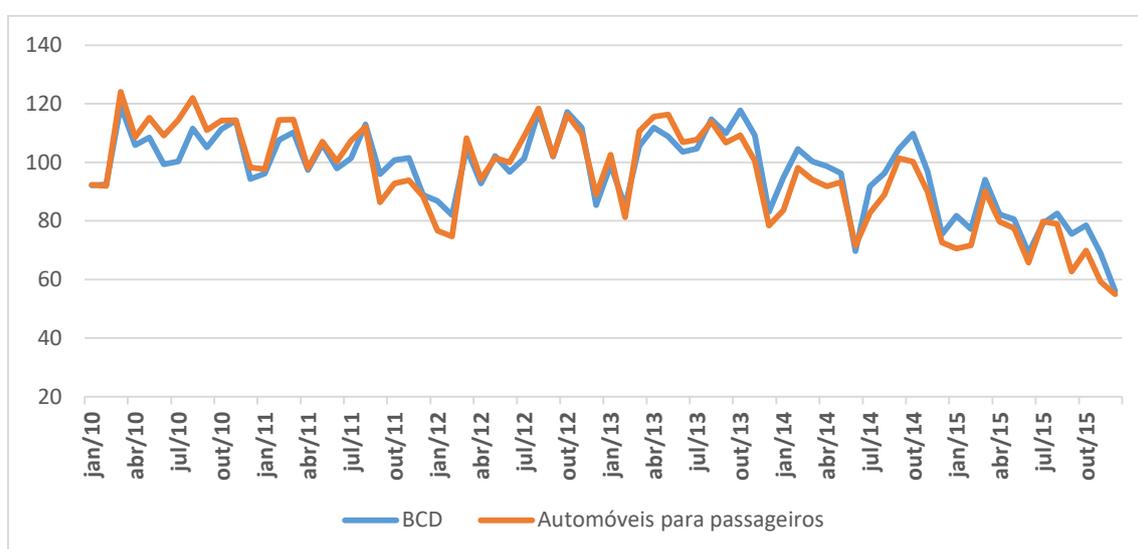


Figura 28: Produção de bens de consumo duráveis x Produção de automóveis para passageiros

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

Este subgrupo, Automóveis para passageiros, pode ser considerado o mais impactante dentro do setor de Bens de Consumo Duráveis. A indústria automotiva é, de certo modo, considerada um eixo dinâmico não só dentro do setor industrial como também na economia brasileira como um todo. Esta indústria de automóveis é responsável pelo aquecimento de outros segmentos da indústria justamente por demandar produtos como, por exemplo, pneus, metais fundidos, dentre outros produtos de cunho industrial.

Fato é que o comportamento da curva de Automóveis para passageiros (curva alaranjada) está quase que equiparada a curva de Bens de Consumo Duráveis (curva azul), mostrando como este subgrupo é impactante dentro deste setor. A indústria automobilística representou 23% do PIB industrial brasileiro e 5%, no ano de 2014, (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2014).

Observa-se, a partir da figura 29, uma comparação entre a produção de bens de consumo duráveis com a produção de equipamentos de transporte não industrial:

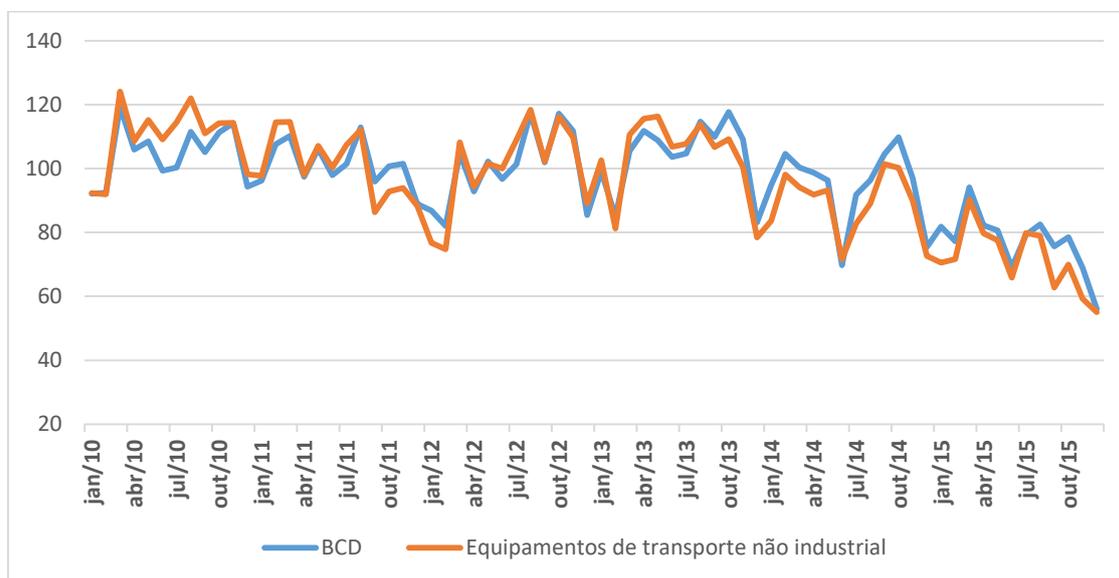


Figura 29: Produção de bens de consumo duráveis x Produção de equipamentos de transporte não industrial.

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

Este outro subgrupo, Equipamentos de transporte não industrial, está intrinsecamente ligado com o setor de Bens de Consumo Duráveis. Pode-se observar que o comportamento das duas curvas está quase nos mesmo eixos.

3.2.4 Produção de Bens de Consumo Duráveis e a Taxa de Câmbio

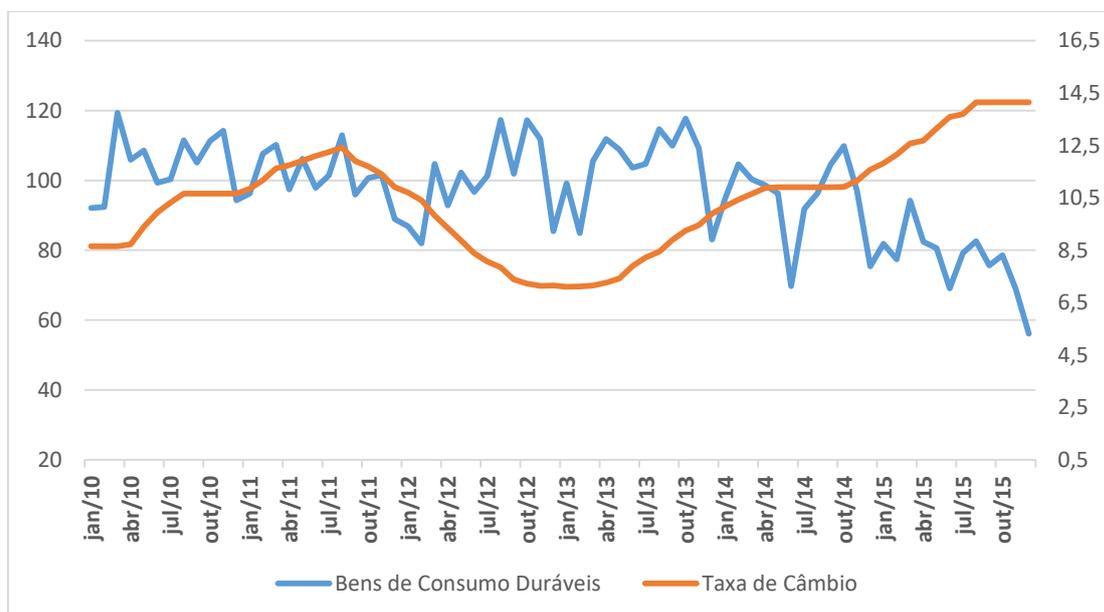


Figura 30: Relação da Produção de bens de consumo duráveis, eixo vertical a esquerda, com a taxa de câmbio, eixo vertical a direita.

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

3.2.5 Produção de Bens de Consumo Duráveis e a Taxa Selic

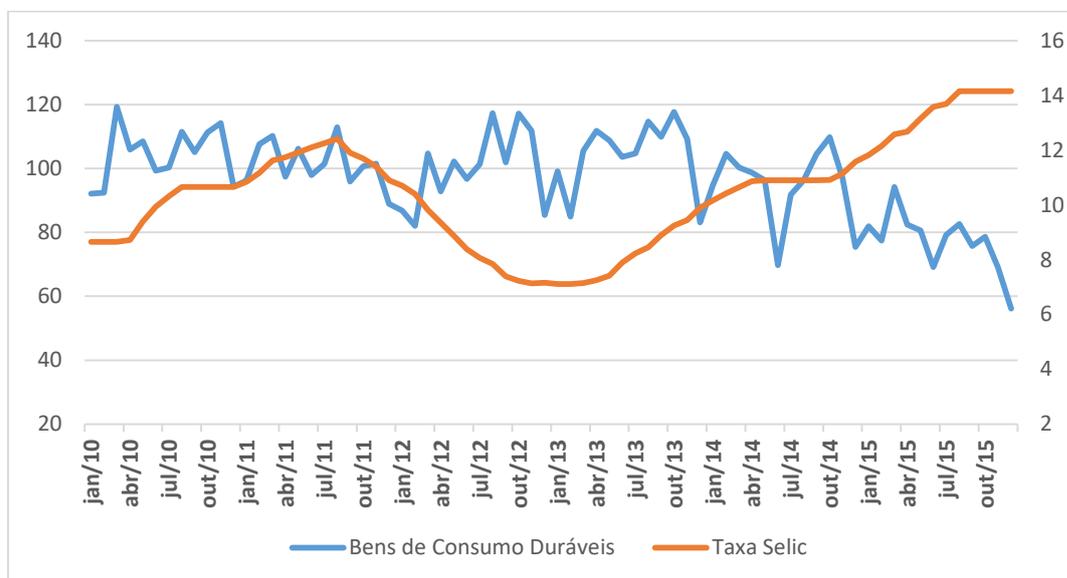


Figura 31: Relação da produção de bens de consumo duráveis, eixo vertical a esquerda, com a taxa de juros Selic, eixo vertical a direita.

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

A partir da análise das figuras 30 e 31, percebe-se que tanto a taxa de juros Selic, quanto a taxa de câmbio impactam na produção de Bens de Consumo Duráveis. A facilidade na obtenção de crédito, facilita o consumo dos indivíduos para a aquisição de produtos deste gênero. O mercado interno é muito importante para este setor industrial, cuja produção é consumida, em sua maior parte, dentro do território brasileiro. Programas como, por exemplo, a redução do Imposto sobre produtos industrializados (IPI) foi importante para aquecer esse setor de bens de consumo duráveis, voltado principalmente para o consumo automóveis. O câmbio desvalorizado prejudica a produção desse setor, que depende exclusivamente de peças e maquinários oriundos do exterior.

3.2.6 Bens de Consumo não Duráveis

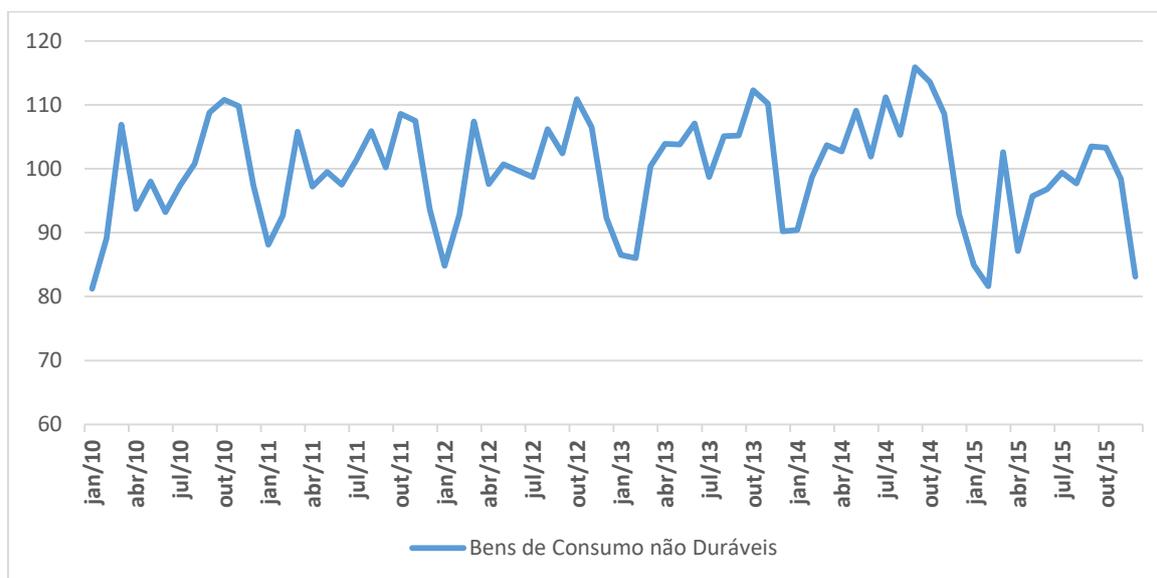


Figura 32: Produção de bens de consumo não duráveis no Brasil (janeiro/2010 – dezembro/2015)

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

Apesar do período de recessão econômica que o país se encontra, iniciada no fim de 2014, percebe-se que a indústria de bens de consumo não duráveis apresenta um ritmo leve de crescimento entre Fevereiro e Maio. A sazonalidade apresentada nos anos anteriores é mantida, com quedas no início do ano e ascensão após o mês de maio. Esse setor da indústria apresenta um risco inferior em relação aos demais, dado que a demanda por esses bens tende a reduzir pouco em períodos de crise, por se tratarem de bens essenciais para a vida dos indivíduos. A queda da produção em 2015 pode ser explicada pela falta de confiança dos produtores devido às pressões políticas e, conseqüentemente, econômicas enfrentadas pelo país nesse mesmo período.

Dentro desse grupo podemos destacar gasolina para automóveis e alimentos e bebidas elaborados, destinados principalmente ao consumo doméstico, como os dois que mais impactam a produção. Analisaremos um gráfico comparando o grupo com os dois.

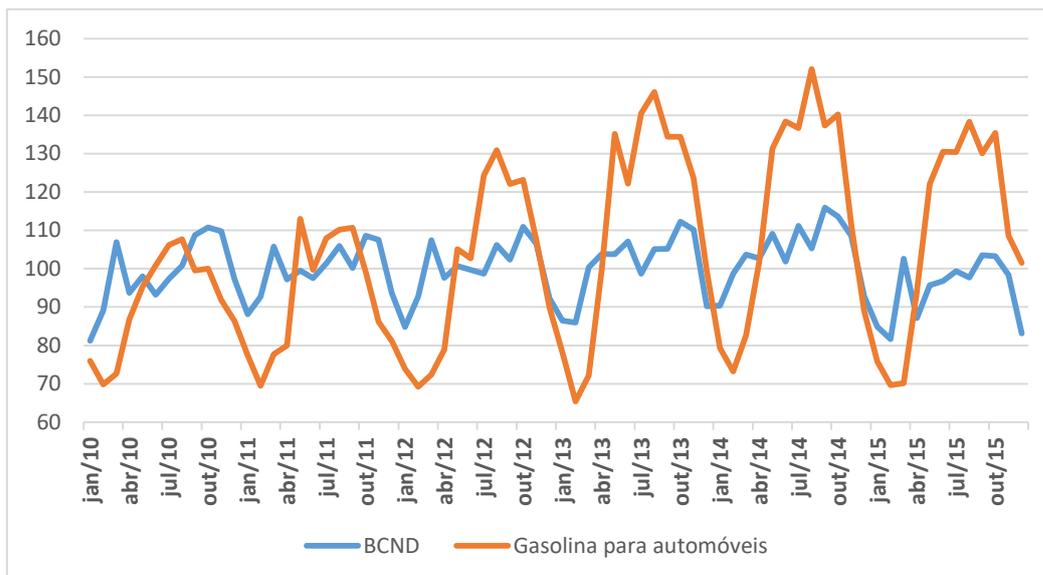


Figura 33: Comparativo da produção de bens de consumo não duráveis com a produção de gasolina para automóveis

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

Percebe-se que há uma sazonalidade nos dados obtidos de gasolina para automóveis. No período de outubro a fevereiro, de cada ano analisado, há uma queda da produção deste subgrupo. Essa queda, aparentemente, impulsiona a curva de Bens de Consumo não Duráveis para baixo e, por outro lado, entre março e agosto, percebe-se uma variação positiva dessa mesma curva devido ao salto produtivo da gasolina nesse período. Para melhor compreensão do comportamento da produção do setor de Bens de Consumo Duráveis, observaremos a produção de alimentos e bebidas, outro subgrupo de maior impacto nesse setor.

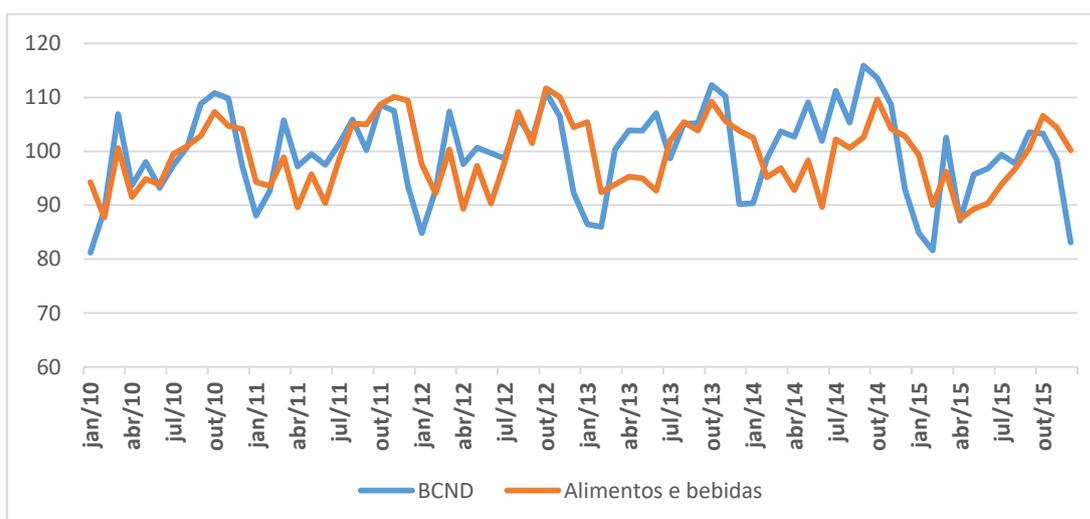


Figura 34: Comparativo da produção de bens de consumo não duráveis com a produção de alimentos e bebidas

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

Este subgrupo apresenta uma sazonalidade bem definida, com picos produtivos no último semestre de cada respectivo ano e baixa produtiva no primeiro semestre. É perceptível, através da análise do gráfico ilustrado, que ao longo da série estudada o comportamento da produção de Alimentos e Bebidas manteve-se basicamente constante e apesar de ter apresentado a maior queda, do período analisado, no início do ano de 2015, essa queda não foi muito expressiva quando comparada com as dos demais setores estudados nesse trabalho. Tal fato é oriundo da baixa sensibilidade que este subgrupo demonstra diante de crises econômicas.

3.2.7 Produção de Bens de Consumo não Duráveis e a Taxa Selic

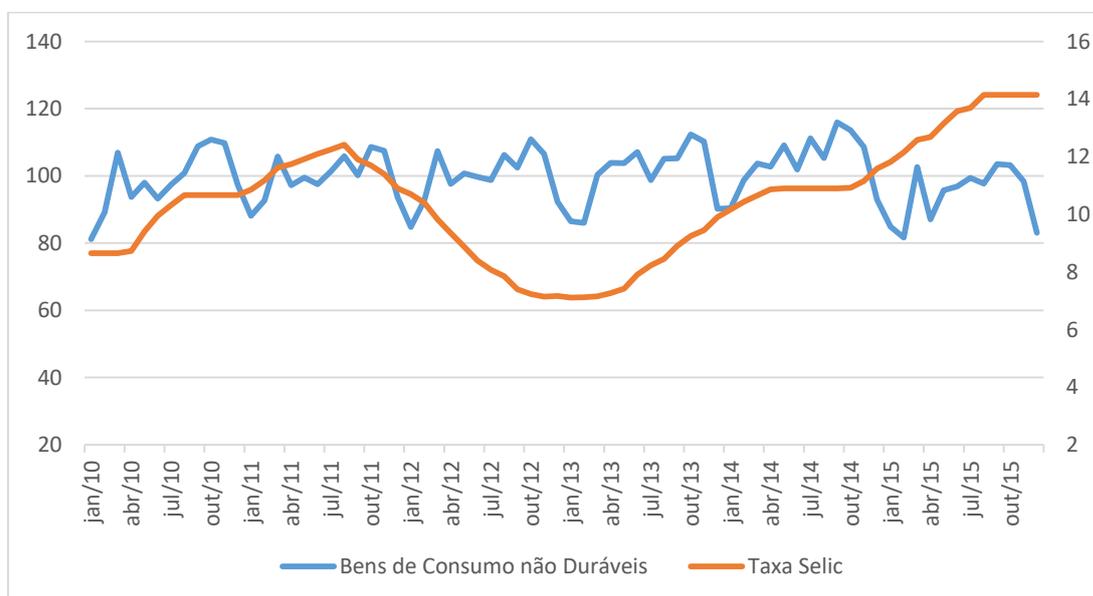


Figura 35: Relação da produção de bens de consumo não duráveis, eixo vertical a esquerda, com a taxa de juros Selic, eixo vertical a direita.

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

3.2.8 Produção de Bens de Consumo não Duráveis e a Taxa de Câmbio

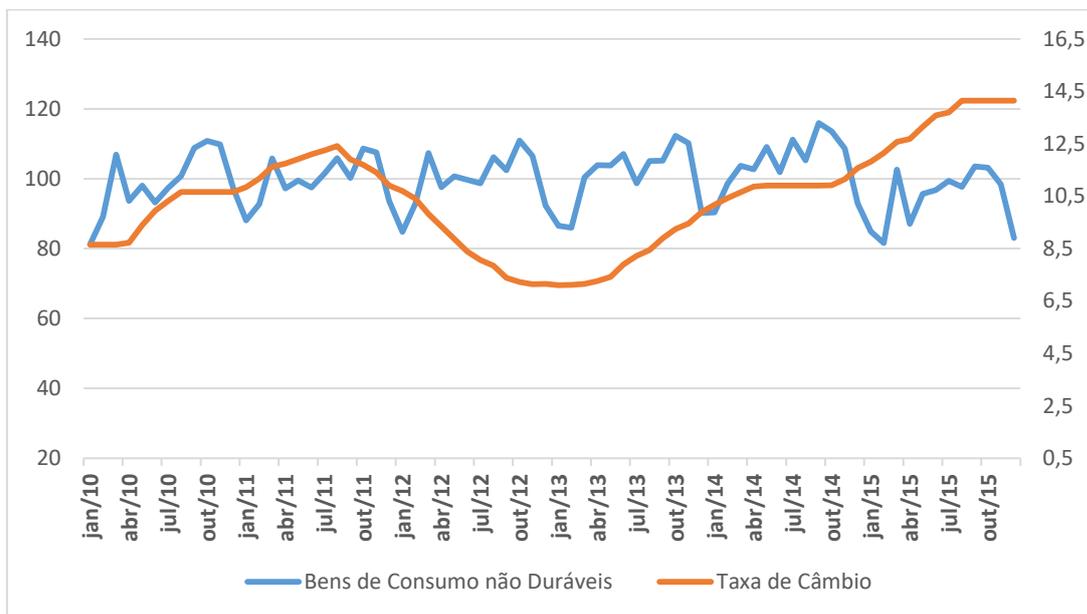


Figura 36: Relação da taxa de câmbio, eixo vertical a direita, com a produção de bens de consumo não duráveis, eixo vertical a esquerda.

Fonte: elaboração própria a partir do IBGE, 2015.

As figuras 35 e 36, trazem um comparativo da produção de bens de consumo não duráveis com duas variáveis: a taxa de juros Selic e a taxa de câmbio, respectivamente. Observa-se que não há uma relação específica entre essas curvas, ou seja, não há elementos claros, a partir da análise do gráfico que permitem afirmar que as duas taxas, citadas anteriormente, afetam a produção desse setor. Mesmo que a moeda nacional desvalorizada implique em uma redução do poder de compra dos consumidores brasileiros, os impactos são pouco significativos, ou pouco perceptíveis, dado à sua baixa sensibilidade aos preços.

CONCLUSÃO

O fraco desempenho da indústria brasileira nos últimos 20 anos tem como fator preponderante as falhas políticas para fomentar o crescimento deste setor. O Brasil carece da formação de uma indústria mais consolidada, pautada, principalmente, na produção de bens de capital, sendo estes essenciais para o fortalecimento da indústria nacional como um todo.

Nosso país não rompeu com as características oriundas dos primórdios da colonização portuguesa, um país extremamente dependente do capital externo e com sua produção voltada para produtos de gênero primário, destinados ao mercado estrangeiro, fato é que o único setor que conseguiu manter um ritmo de crescimento, ao longo dos anos trabalhados nessa monografia, foi a indústria extrativa, que possui uma produção voltada para matéria prima e destina a maior parte dessa produção para o mercado externo. A maior parte dos produtos manufaturados produzidos internamente são destinados ao consumo interno, dado a falta de competitividade das manufaturas brasileiras perante as estrangeiras.

As políticas adotadas pelo primeiro governo Lula foram políticas eficazes no curto prazo. A produção, que até então se encontrava estagnada, alavancou, baseada no mercado interno, uma vez que o mercado consumidor brasileiro cresceu muito, graças a expansão do crédito e da redução de impostos sobre produtos industrializados, e, porém, não conseguiu manter o ritmo de crescimento acentuado.

Vale ressaltar, que nossa indústria é grande importadora de insumos estrangeiros, indicando a total dependência produtiva externa que esse setor apresenta. Uma vez que o mercado interno é afetado negativamente, a indústria brasileira, voltada para esse mercado, sente esse impacto negativo de maneira muito intensa e, juntamente com o baixo poder de competição das manufaturas brasileiras com os produtos estrangeiros, o setor industrial apresenta dificuldades de recuperação.

Incentivos para a formação de uma indústria mais competitiva, a ponto de conseguir uma certa autonomia econômica, como, por exemplo, incentivos à formação de profissionais qualificados para melhorar a produtividade e a qualidade dos produtos industriais brasileiros, melhoraria a inserção das mercadorias nacionais no cenário mundial. A mão de obra brasileira é mais cara e menos eficiente quando comparada com outros países desenvolvidos e até mesmo aqueles considerados em desenvolvimento, tornando os custos de produção da indústria mais elevados e a qualidade dos produtos inferior, não permitindo que este setor atue de maneira mais competitiva no exterior.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**, 2016.

Disponível em: <

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>> Acesso em: 08 ago. 2016.

CHADE, Jamil. **Indústria brasileira cresce menos que a média mundial**. Estadão, 2012.

Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,industria-brasileira-cresce-menos-que-a-media-mundial-imp-,858823>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

COELHO, José Ricardo Roriz. **A importância da indústria de transformação na ótica do emprego**. FIESP. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/a-importancia-da-industria-de-transformacao-no-emprego/attachment/a-importancia-da-it-no-emprego-4/>>. Acesso em: 29 mai. 2016.

DE TONI, Jackson. **Dez anos da política industrial: conquistas e desafios a superar**. Carta Capital, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/dez-anos-da-politica-industrial-brasileira-conquistas-e-desafios-a-superar-2913.html>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação Sociológica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. p. 413.

FGVIBRE, **Revista Conjuntura Econômica**, 2016. Disponível em:

<<http://portalibre.fgv.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

FILGUEIRAS, Luiz; GONCALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. p. 263.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. p. 352.

GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. **O Brasil endividado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. p.47.

IBGE, **Sistema de Contas Nacionais**, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

IEDI, Indústria - **Os segmentos sem crise na indústria brasileira**, 2016. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20160606_industria.html>. Acesso em: 05 ago. 2016.

IEDI, **A produtividade da indústria em 2008 e os efeitos da crise**, 2009. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20090331_produtividade.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

IPEADATA, **Índices analíticos**, 2016. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR.

Setor Automotivo. Disponível em: <

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=327>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

OLIVEIRA, Ednéia A. **A política pública de emprego: entre a precarização protegida e a precarização desprotegida. Um estudo comparativo entre Brasil e Itália.** Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010. Tese de Doutorado em Serviço Social. p. 357.

OLIVEIRA, Ednéia A. **O atual estágio de acumulação capitalista: destruição criativa ou criação destrutiva?** Revista Serviço & Sociedade, 2005, São Paulo: Cortez, v. 26, n. 82. p. 22-45.

PORTAL BRASIL. **Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M** (Fundação Getúlio Vargas – FGV), s/d, s/p. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

POCHMANN, Márcio. A década dos mitos. São Paulo: Contexto, 2001. p. 182.

PRADO JR. Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 342.